



ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

EDITAL Nº 022/2018 ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para **Curso de Formação de Oficiais BM (CFO BM/2019)**, sob a responsabilidade do Campus de Ensino Mata, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso de Formação de Oficiais BM (CFO BM/2019)**, sob a supervisão do **Campus de Ensino Mata**, da Academia Integrada de Defesa Social.

**1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO**

**1.1 Das vagas para coordenador de turma:**

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	1890	Ser Oficial do CBMPE, possuir o curso de Coordenação Pedagógica realizado pela ACIDES e, preferencialmente, servir no CEMATA.	01

**1.2 Das vagas de instrutores titulares:**

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Fundamentos da Gestão Pública	20	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuidor de curso de Administração ou curso com ênfase em gestão pública.	01
Gestão de Pessoas	30	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuidor de curso de Administração ou curso com ênfase em gestão de pessoas.	01
Gestão de Logística	30	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuidor de curso de Administração ou curso com ênfase em gestão de materiais ou logística.	01
Gestão Financeira	30	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuidor de curso de Economia, Administração, Ciências Contábeis ou curso com ênfase em gestão orçamentária e financeira.	01
Sistema de Defesa Civil	20	Ser Oficial CBMPE, preferencialmente com curso na área de Defesa Civil.	01
História do bombeiro no mundo e no Brasil	20	Ser Oficial CBMPE, Licenciado ou Bacharel em História, ou com formação em Ciências Sociais.	01
Gestão por Resultados e Avaliação de Políticas Públicas	20	Ser Policial CBMPE/PMPE, com experiência na área e/ou especialista na área, ou Gestor Governamental de Planejamento, Orçamento e Gestão com experiência na área de gestão por resultados.	01
Psicologia das Emergências	20	Ser Oficial do CBMPE, com formação em Psicologia ou Especialização na área.	01
Princípios de Direitos Humanos	20	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, com formação jurídica, ou curso de capacitação na área de Direitos Humanos, e preferencialmente especialização na área.	01
Aspectos Legais da Atividade Bombeiro Militar	30	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente com formação jurídica.	01
Processo Administrativo e Disciplinar Militar	40	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, com formação jurídica, ou curso de capacitação na área de Direito Administrativo Disciplinar Militar, preferencialmente especialização na área.	01
Educação Física I	60	Ser Oficial CBMPE/PMPE ou Delegado, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	01
Educação Física II	60	Ser Oficial CBMPE/PMPE ou Delegado, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	01
Saúde e Segurança aplicadas ao trabalho	20	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, preferencialmente com formação em Engenharia de Segurança ou Técnico em Segurança no Trabalho.	01
Relações interpessoais	20	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuir graduação na área de psicologia ou curso específico na área, recursos humanos ou gestão de pessoas.	01
Prática Desportiva I	50	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil	01

		ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	
Prática Desportiva II	50	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	01
Telecomunicações	20	Ser, preferencialmente, Oficial do CBMPE com formação ou experiência profissional em atividades de Gerenciamento de operações e Manutenção de Comunicações.	01
Estatística Aplicada a Atividade BM	20	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente com formação em Estatística.	01
Inteligência de Segurança Pública	20	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, com experiência profissional em serviços de inteligência.	01
Documentação Técnica	20	Ser Oficial CBMPE/PMPE, com experiência na área administrativa.	01
Tecnologia da Informação e Comunicação	20	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, com formação ou experiência profissional em Tecnologia da Informação e Comunicação.	01
Ética Profissional e Cidadania	20	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuir curso específico na área.	01
Diversidade Étnico-Sociocultural	20	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, com formação em Ciências Humanas ou Ciências Sociais.	01
Instrução Geral	30	Ser Oficial do CBMPE, com experiência de ensino na temática.	01
Ordem Unida I	30	Ser Oficial do CBMPE/PMPE, com experiência de ensino na temática.	01
Ciências Aplicadas	30	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente, com formação em Ciências Exatas ou da Natureza.	01
Metodologia da Pesquisa Científica	30	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuidor de titulação de Especialista, Mestre ou Doutor, em instituição de ensino superior, com comprovada autoria de trabalho científico.	01
Ordem Unida II	30	Ser Oficial do CBMPE/PMPE, com experiência de ensino na temática.	01
Trabalho de Conclusão de Curso	20	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, preferencialmente possuidor de titulação de Especialista, Mestre ou Doutor, em instituição de ensino superior, com comprovada atividade de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.	01
Teoria e Prática de Ensino	30	Ser Oficial CBMPE/PMPE, possuidor de titulação de Especialista na área, Mestre ou Doutor em Educação.	01
Proteção ambiental	20	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, bacharel ou Licenciado em Ciências Biológicas, Ciências Ambientais ou formação em proteção ambiental.	01
Natação Utilitária	30	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente com curso de educador físico (Instituição de ensino ou Militar), e/ou possuir comprovação de proficiência na atividade de natação.	01
Gerenciamento de Desastres	30	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso na área de Gestão de Desastres.	01
Sistema de Comando de Incidentes	30	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor do curso de Sistema de Comando de Incidentes.	01
Análise de Cenários e Riscos	20	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso na área de Gestão de Riscos.	01
Direito Penal Militar	40	Ser Oficial CBMPE/PMPE, com formação jurídica, experiência de ensino e/ou prática na temática	01
Legislação Militar Estadual	40	Ser Oficial CBMPE/PMPE, com formação jurídica.	01
Direito Processual Penal Militar	40	Ser Oficial CBMPE/PMPE, com formação jurídica.	01
Atendimento Pré-Hospitalar	60	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente com curso na área de Atendimento Pré-Hospitalar.	01
Estratégia e Tática de Combate a Incêndio	40	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de combate a incêndio.	01
Salvamento em Altura	60	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente com curso de salvamento em alturas.	01
Combate a incêndio I	50	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de combate a incêndio.	01
Combate a incêndio II	50	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de combate a incêndio.	01
Estratégia e Táticas de Salvamento	40	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor de cursos de salvamento.	01
Salvamento Terrestre I	50	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor de cursos de salvamento.	01
Salvamento Terrestre II	50	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor de cursos de salvamento.	01
Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos	20	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor de cursos de operações ou prevenção de incidentes com produtos perigosos.	01
Material Motomecanizado	30	Ser Oficial do CBMPE, possuir curso específico na área.	01
Análise de Projetos de incêndio	30	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente com formação em Engenharia Civil, Arquitetura ou possuidor de cursos com ênfase em Prevenção de Incêndio.	01
Sistemas de Prevenção contra Incêndio e Pânico	30	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente com formação em Engenharia Civil, Arquitetura ou possuidor de cursos com ênfase em Prevenção de Incêndio.	01
Armamento, Munição e	40	Ser Oficial CBMPE/PMPE, preferencialmente possuidor de curso de de	01

Tiro		instrutores de armamento, munição e tiro policial (CIAMTP).	
Salvamento Aquático I	50	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de salvamento aquático (CSMAR ou equivalente).	01
Salvamento Aquático II	50	Ser Oficial do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de salvamento aquático (CSMAR ou equivalente).	01
Planejamento Operacional	30	Ser Oficial do CBMPE, possuir curso específico na área.	01
Manobras acadêmicas I	40	Ser Oficial do CBMPE, possuir curso específico na área.	01
Manobras Acadêmicas II	40	Ser Oficial do CBMPE, possuir curso específico na área.	01

### 1.3 Das vagas de instrutores secundários

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Educação Física I	60	Ser Oficial ou graduado CBMPE/PMPE, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	01
Educação Física II	60	Ser Oficial ou graduado CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	01
Prática Desportiva I	50	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	01
Prática Desportiva II	50	Ser Oficial CBMPE/PMPE e ou Delegado, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	01
Natação utilitária	30	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente com curso de educador físico (Instituição de ensino ou Militar), e/ou possuir comprovação de proficiência na atividade de natação.	03
Material Motomecanizado	30	Ser Oficial ou Graduado do CBMPE, possuir curso específico na área.	01
Atendimento Pré-Hospitalar	60	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente com curso na área de Atendimento Pré-Hospitalar.	02
Estratégia e Tática de Combate a Incêndio	40	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de combate a incêndio.	02
Salvamento em Altura	60	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de salvamento em alturas.	03
Combate a incêndio I	50	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de combate a incêndio.	02
Combate a incêndio II	50	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de combate a incêndio.	02
Estratégia e Táticas de Salvamento	40	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de salvamento.	03
Salvamento Terrestre I	50	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de salvamento.	03
Salvamento Terrestre II	50	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de salvamento.	03
Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos	20	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente possuidor de cursos de operações ou prevenção de incidentes com produtos perigosos.	03
Armamento, Munição e Tiro	40	Ser Oficial ou graduado do CBMPE ou da PMPE, preferencialmente possuidor de curso de de instrutores de armamento, munição e tiro policial (CIAMTP).	03
Salvamento aquático I	50	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de salvamento aquático (CSMAR ou equivalente).	03
Salvamento aquático II	50	Ser Oficial ou graduado do CBMPE, preferencialmente possuidor de curso de salvamento aquático (CSMAR ou equivalente).	03
Manobras acadêmicas I	40	Ser oficial ou graduado do CBMPE, possuir curso específico na área.	04
Manobras Acadêmicas II	40	Ser oficial ou graduado do CBMPE, possuir curso específico na área.	04

## 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

### 2.1. Condições Gerais

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, [www.acides.pe.gov.br](http://www.acides.pe.gov.br), e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar, conforme estabelecido no Art. 18 do Decreto nº 43.993, de 29DEZ16 e Decreto Estadual nº 44.089 de 06FEV17:

I - a capacidade técnica;

II - o conhecimento específico na área da capacitação;

III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada;

IV - a experiência em instrutoria de no mínimo 120 (cento e vinte) horas-aula ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica deve dar-se mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) horas-aula.

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração, emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas-aula aos vencimentos.

### 3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 022/2018 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, [www.acides.pe.gov.br](http://www.acides.pe.gov.br) e **irão até o dia 07/12/2018**.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)**, até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilita(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não insere o endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

### 4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
CEL PM	2041-9	EDUARDO MARCELO DE ALBUQUERQUE SOUGEY	CEMATA
MAJ BM	798007-8	EDUARDO ARARIPE PACHECO DE SOUZA	CEMATA
MAJ PM	960015-9	CARLOS ALBERTO PEREIRA DO NASCIMENTO	GICAP/SDS
SGT BM	798053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso**. Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de rechamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório**.

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar **estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.**

**4.15. O instrutor Conteudista que se candidatar a vaga de instrutor titular ou instrutor secundário, caso não entregue o material didático (pladis, apostila, slide e questões de prova) na data estipulada pela Direção do Campus de Ensino Recife, será automaticamente excluído do certame.**

## 5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail [uafgicap@gmail.com](mailto:uafgicap@gmail.com) e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo o Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993 de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

## 6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

## 7. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, [www.acides.pe.gov.br](http://www.acides.pe.gov.br), a partir da publicação até o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

7.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

7.3. Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

7.4. Os Gestores dos Órgãos Operativos deverão facilitar a liberação dos servidores selecionados para ministrar as instruções, objetivando uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública

Recife, PE em 29 de novembro de 2018

ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI  
Secretário de Defesa Social

## ANEXO I

### CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Etapas	Atividades	Período
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data de abertura Edital
2	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, <b>confirmação recadastramento</b> e da existência de currículo do candidato na <b>Plataforma Lattes</b> e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	Até 14/12/2018
3	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a <b>Declaração de Autorização da Chefia Imediata no Encontro Pedagógico.</b>	A DEFINIR
4	<b>Encontro Pedagógico</b>	A DEFINIR
5	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A DEFINIR

ANEXO II

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
GERÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA  
GERÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E CAPACITAÇÃO

*ACIDES-PE*

*Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social*

AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, \_\_\_\_\_, Matrícula nº \_\_\_\_\_, CPF. \_\_\_\_\_ solicito autorização para ministrar aulas na disciplina, \_\_\_\_\_ do **Curso de Formação de Oficiais BM - 2019**, no período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018 e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas-aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto nº 43.993, de 29DEZ16).

Recife, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

[Assinatura]

De acordo,

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Anexo III

EMENTAS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DO CFO BM/2019

GESTÃO POR RESULTADOS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

## CARGA HORÁRIA - 20 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Gestão por Resultados na Administração Pública e no Estado de Pernambuco (Histórico, Características, Normas e Aspectos Legais). Gestão de Políticas Públicas (Conceito, Classificação, Atores Políticos, Ciclo da Política Pública, Monitoramento de Resultados). A Política Estadual de Segurança Pública – Pacto pela Vida (Histórico, Características, Normas e Aspectos Legais). O Sistema de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida (Acompanhamento, Indicadores e Bonificação). Sistema de Gestão Estratégica do Pacto pela Vida (Ciclo PDCA do Pacto pela Vida). Análise do Pacto pela Vida: Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades. As Reuniões do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Gestão de Políticas Públicas
  - 1.1 Conceito e Classificação;
  - 1.2 Atores Políticos;
  - 1.3. Ciclo de Políticas Públicas.
2. Gestão por Resultados
  - 2.1 Conceitos e Ferramentas;
  - 2.2. Gestão por Resultados na Administração Pública: Histórico e Características.
3. Gestão por Resultados no Governo de Pernambuco
  - 3.1 Características, normas e aspectos legais;
  - 3.2 Política Estadual de SP (Pacto pela Vida): histórico, características, normas e aspectos legais;
  - 3.3 Sistema de GR: ferramentas, apresentações e relatórios (indicadores, análises e sistema de bonificação)
4. Sistema de Gestão Estratégica do Pacto pela Vida
  - 4.1 Câmaras e Stakeholders, Comitê Gestor, Sistema de Monitoramento e Avaliação: Papel do NGR/SDS e da SEPLAG;
  - 4.2. Análise do Pacto pela Vida: Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades.
5. Visita Técnica à Secretaria de Planejamento de Pernambuco – Seplag/PE.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBUQUERQUE, RICARDO; MEDEIROS, HUGO. **Apostila de Política Pública de Gestão por Resultados na Segurança Pública**. Curso de Formação de Oficiais da PMPE. Recife: CFO, 2018.
- FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, nº 21, p. 211-259, jun. 2000.
- OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Brasília: MH Comunicação, 1994.
- PERNAMBUCO. **Lei Complementar 141, 03 de setembro de 2009** – Dispõe sobre o Modelo Integrado de Gestão do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Decreto 39.336, 25 de abril de 2013** – Estabelece o Valor Público como objetivo dos Programas de Estado, fixa diretrizes para a Gestão por Resultados, e estabelece a execução dos Pactos de Resultados no âmbito do Poder Executivo Estadual. 2013.
- RATTON, J. L.; GALVÃO, C.; FERNANDEZ, M. **O pacto pela vida e a redução de homicídios em Pernambuco**. Instituto Igarapé, Rio de Janeiro, Agosto 2014, p. 10-28.
- SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**, Coletânea v. 1 e 2, Brasília, Enape, 2006.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Monitoramento e Avaliação. Recife: Instituto Publix, 2014. **Coleção Cadernos de Boas Práticas de Gestão**. Volume II.
- \_\_\_\_\_. Pacto pela Vida. Recife: Instituto Publix, 2014. **Coleção Cadernos de Boas Práticas de Gestão**. Volume V.
- SERRA, A. **Modelo Aberto de gestão para resultados no setor público**. Natal: SEARH, 2008.
- SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
359558-7	SEPLAG	<b>RICARDO LUIZ DE ALBUQUERQUE MOREIRA FILHO</b>
363411-6	SEPLAG	<b>HUGO AUGUSTO VASCONCELOS DE MEDEIROS</b>

EMENTA:

Proporcionar ao aluno CFO BM uma abordagem da Gestão Pública Estadual que direcionem os atos e ações no âmbito da Administração Pública Militar, possibilitando o entendimento de suas funções, repercussões e os princípios que norteiam as estratégias das atividades administrativas, na busca de uma gestão eficiente e efetiva dos serviços oferecidos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**1. Introdução aos Fundamentos da Gestão Pública**

- 1.1 Conceitos e Princípios da administração pública.
- 1.2 A administração pública e administração privada: modelo gerencial do setor privado.
- 1.3 Acompanhamento, avaliação e controle de resultados.

**2. Planejamento do Setor Público**

- 2.1 Conceitos básicos: organização, ambientes, funções administrativas, tipos de planejamento.
- 2.2 Planejamento no setor público: visão sistêmica, gestão estratégica e participativa.

**3. Ferramentas de Modernização do Setor Público**

- 3.1 Ferramentas gerenciais.
- 3.2 Gestão de clima organizacional, indicadores de desempenho.
- 3.3 Avaliação de desempenho individual e institucional.
- 3.4. **Modelo de Gestão - Todos Por Pernambuco:** modelo de excelência, avaliação da gestão pública (todos por Pernambuco/gestão orientada por resultados).

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ABRUCIO, F. L. O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública: Um Breve Estudo sobre a Experiência Internacional Recente. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, Cadernos ENAP n. 10, 1996.

AKTOUF, Omar. O simbolismo e a cultura da empresa: os abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, Jean François (Coord.). Os indivíduos na organização, v. 2, São Paulo: Atlas, 1993.

ALECIAN, Serge; FOUCHER Dominique. Guia de gerenciamento do setor público. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.

BRAGA, R. Monteiro. Planejamento estratégico para instituições. São Paulo: Hoper, 2005.

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. Programa GESPÚBLICA, Modelo de Excelência em Gestão Pública, Brasília; MP, SEGEP, 2014. Versão 1/2014.

CHIAVENATO Adalberto. Teoria geral da Administração. São Paulo: MccGraw-Hill, 1987.

CLARET, Martin. A essência da motivação. Martin Claret, 1998.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Reforma policial: persistência e mudança institucional; violência urbana e reforma policial no Rio de Janeiro; as reformas na polícia de Nova York; entre a Lei e a Ordem. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

COSTIN, Cláudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRUZ, Maurício Serra M. Sistema de monitoramento e avaliação da contratualização da gestão: a experiência de Pernambuco in XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y dela Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 7 - 10 Nov. 2006.

CRUZ, Maurício Serra M. Transformando a gestão pública em Pernambuco: Modelo de Gestão Todos por Pernambuco.

DE PAULA, Ana Paula Paes. Por uma nova gestão pública. Limites e potencialidades da experiência contemporânea. São Paulo: Editora FGV, 2005.

DESAUNIERS, Julieta Beatriz Ramos (Org.). Formação, trabalho e competência. Porto Alegre, EDIPUCRS,1998. In: HESSELBEIN, Frances et al. A comunidade do futuro. Ideias para uma nova comunidade. São Paulo, Futura, 1998.

FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO. UM NOVO PERNAMBUCO - PROGRAMA DE GOVERNO EDUARDO CAMPOS. Recife: 2006.

MATIAS, PEREIRA, José. Governança no setor público. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 1995.

MOTA, Fernando C. P.; BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Introdução à organização burocrática. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

PROGRAMA Gestão Pública e Cidadania. Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. Instituto Polis, São Paulo, 2002.

RODRIGUES, M. Paulo Ruffeil, Gestão da Polícia Militar: A Cultura Institucional como agente limitador da Construção de Uma Polícia Cidadã, Dissertação Apresentada, Rio de Janeiro, 2010.

SANTIN, V. F. Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

Secretaria de Planejamento e Gestão. CURSO DE GESTÃO PÚBLICA. Secretaria de Desenvolvimento do Modelo de Gestão/Instituto de Gestão. Recife: 2013.

TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.

**Conteudistas:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME

910605-7	CEL BM	ROGÉRIO ANTÔNIO COUTINHO DA COSTA
930148-8	MAJ BM	JOSÉ FERREIRA DE MELO

## GESTÃO O FINANCEIRA

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

### EMENTA:

Proporcionar ao aluno CFO BM uma abordagem da Gestão Pública Orçamentária e Financeira no âmbito da Organização Militar Estadual, que possibilite o desenvolvimento de atividades do controle fiscal e a responsabilidade administrativa dos gestores, compreendendo seus elementos e grau de consciência funcional atinentes ao cargo público do seu quadro, com vistas ao aperfeiçoamento dos processos de planejamento, programação e execução orçamentária na Corporação.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

<>Introdução à Gestão Orçamentária e Financeira: origem, conceito, finalidade e princípios orçamentários. Instrumentos do Planejamento orçamentário Governamental e suas implicações no planejamento logístico do CBMPE: PPA, LDO e LOA. Estágios da Receita e da Despesa e suas classificações. O Processo Orçamentário à Luz da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Créditos Orçamentários adicionais: conceitos e classificação. Programação financeira. Licitação e contratos administrativos: conceito e finalidade, modalidade e tipos de licitação, comissões permanentes de licitação, procedimento licitatório e contratos administrativos. 8. Regime de execução das despesas no CBMPE: despesa normal, REFIN (NPCO), suprimento individual, suprimento de fundo institucional, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores (DEA).

9. Prestação e tomada de contas.

### BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastião Edilson R.; e AFFONSO, Antônio Geraldo. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada e Anotada. 3ª ed. Editora Juarez de Oliveira, São Paulo: 2001.

BARROS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 4ª ed. Saraiva, São Paulo: 1995.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal.

Cartilha de orientação, concessão e utilização de prestação de contas de Suprimento Individual do Estado de Pernambuco.

CASTRO, Robinson Gonçalves de. Finanças Públicas. 4ª ed. Editora Vestcon, Brasília: 2000.

CASTRO, Robinson Gonçalves de; e GOMES, Luciano de Souza. Administração e Direito.

Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco - CAF - Lei 7.741/1978

DEBUS, Ilvo e NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. 1ª ed. ESAF, Brasília: 2002.

DEBUS, Ilvo; e MORGADO, Jeferson Vaz. Orçamento Público. 2ª ed. Editora Vestcon, Brasília: 2000.

DECRETO Nº 44.048, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Financeiro e Orçamentário. 4ª ed. Editora Vestcon, Brasília: 2000.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 10ª ed. Atlas, São Paulo: 2001.

GONDIM, F. Administração Financeira e Orçamentária. Editora Vestcon, Brasília: 2000.

Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos).

[Lei de Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.](#)

Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro - Lei 4320/64 | Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

MACHADO JR., José Teixeira; e COSTA, Heraldo. A Lei 4.320 Comentada. 27ª ed. IBAM, Rio de Janeiro: 1996.

Manual de Classificação da despesa pública do Estado de Pernambuco.

Manual de Prestação de Contas de Despesas Públicas do Estado de Pernambuco.

Manual do Suprimento Institucional para Gestores do Estado de Pernambuco.

Manual Técnico de Orçamento: Instruções para Elaboração da Proposta Orçamentária da União para 2002, MTO-02. Brasília: 2001.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins. 1ª ed.

TORRES, Ricardo Lobo. O Orçamento na Constituição. Renovar, Rio de Janeiro: 1995.

### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
910605-7	CEL BM	ROGÉRIO ANTÔNIO COUTINHO DA COSTA

930148-8	MAJ BM	JOSÉ FERREIRA DE MELO
----------	--------	-----------------------

### GESTÃO DE PESSOAS

#### CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Proporcionar ao aluno a compreensão dos fundamentos da gestão de pessoas como estratégia organizacional bem como capacitar ao desenvolvimento de uma política de gestão voltadas para valorização dos talentos nas Organizações Militares.

#### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

<>Introdução à Gestão de Pessoas. A moderna Gestão de Pessoas. A Gestão de Pessoas em um ambiente dinâmico e competitivo. O Planejamento Estratégico da Gestão de Pessoas. Recrutamento e seleção de pessoal. Avaliação do desempenho humano. Treinamento e desenvolvimento de pessoas. Remuneração e programas de incentivo. Banco de talentos e seu gerenciamento. A administração de pessoas no âmbito das instituições públicas.

MATRÍCULA	POSTO	NOME
920433-4	CEL BM	LAMARTINE GOMES BARBOSA
707420-4	CAP BM	EMMANUEL DE OLIVEIRA COSTA

### GESTÃO DE LOGÍSTICA

#### CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Proporcionar ao aluno conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento da Gestão de Material e Logística no CBMPE, compreendendo quais os conceitos inerentes a Gestão de Logística, como se dá o processo de aquisição, (ciclo de aquisição), as formas de recebimento e posterior distribuição.

#### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

<>Conceito de administração de materiais, sua importância e a sua finalidade; Legislações pertinentes ao tema; PE - Integrado; Sistemática operacional das Aquisições e Logísticas no CBMPE: 4.1 O que é a Diretoria de Logística, suas atribuições e seções;

4.2 Ciclo de aquisição;

4.2.1 fazer com que o aluno entenda como acontece o processo de aquisição no CBMPE em todas as suas fases, desde o início, com a descrição do objeto e posterior envio através do FRAL, até o recebimento definitivo;

4.3 Métodos de estoque de material;

4.3.1 Funções da SCEA e SR do Centro de Intendência;

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOVAIS, VULPIAR. Gerência de materiais e logística. Recife/APMP. Ficha 01. 2002.

Regulamento de Administração do Exército. Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: 1990. 1ª Ed.

FILHO, Armando Oscar Cavanha. Logística - novos modelos. RJ. Ed. Qualitymark:2001.

BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos. Bookman, 2002.

CORREA, H. L. Planejamento Programação e Controle da Produção – MRP II /ERP, Conceitos, uso e implantação, São Paulo: Atlas, 2000.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
9300511	TC BM	<b>JONAS EUFLAUSINO DA SILVA</b>
940323-0	MAJ BM	LINDOMAR CONSTANTINO <b>FERREIRA</b>

### SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

#### CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Conhecer o histórico, a política nacional, o Sistema Nacional e as legislações da Defesa Civil no Brasil e no Estado. Conhecer os aspectos ligados a desastres, envolvendo conceitos e classificações. Conhecer as fases do ciclo de gestão de Proteção e Defesa Civil focando a gestão de desastres.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

<>**Proteção e Defesa Civil** Histórico: Como surgiu a Defesa Civil no Brasil e no Estado; Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SNPDC) Legislações: Marcos legais (de 1943 a 2016). <>**Fases do Ciclo de Gestão de Proteção e Defesa Civil** Conhecer as fases da

Defesa Civil: Prevenção; Mitigação; Preparação; Resposta e; Recuperação. Papel do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco frente às ações de Defesa Civil; Medidas estruturais e não-estruturais. <> **Gestão dos Desastres** Instrução Normativa nº 2 do MI de 20 de dezembro de 2016; Conceitos e Classificação; Análise e classificação de danos e prejuízos; Sistema Integrado de Informação sobre Desastre (S2ID) e cartão de pagamento de proteção e defesa civil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo à outra modernidade. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação **Lei n. 12.608**, de 10, de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br>>

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil, estudos de riscos e medicina de desastres**. 3. ed. Brasília: MI, 2009

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Curso de formação em defesa civil**: construindo comunidades mais seguras. 2. ed. Brasília: MI, 2005. (Curso à distância-Guia do estudante)

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Apostila sobre implantação e operacionalização de COMDEC**. 5. ed. Brasília: MI, 2009

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Glossário de Defesa Civil estudos de riscos e medicina de desastres**. 5. ed. Brasília – DF: Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), [19--]

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999

CEPED. UFSC. **Capacitação básica em defesa civil**: livro texto para educação à distância. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010

FERREIRA, Keila. Boas Práticas Municipais em Defesa Civil do Recife – **Ações de Preparação e Contingência**. In: VIII Fórum Nacional de Defesa Civil, Maceió, 2011. Anais..., Maceió, 2011

GOVERNO DO ESTADO, **DECRETO Nº 38.253**, de 04 de Junho de 2012, Institui o Manual Técnico de Defesa Civil para Resposta a Desastres no âmbito do Estado de Pernambuco, Recife, 4 DE JUNHO DE 2012

**INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 02**, de 20 de dezembro de 2016

MENDONÇA, F.; LEITÃO, S. **Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos**. GeoTextos, Bahia, v. 4, n. 1 e 2, p. 145-163, 2008

**MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997

**Portaria nº 607**, de 18/05/11 - Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, **DECRETO Nº 7.257**, de 04/08/10 - Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 02JUL10, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas p/ desastre e dá outras providências

SEDEC/MI. **Portaria nº 117**, de 7 de março de 2012. Anexo VIII – DOU de 09/03/2012 – Seção I. p. 30, 2012.

## CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
704007-5	MAJ BM	<b>GILSON DE FARIAS BELTRÃO JÚNIOR</b>

## HISTÓRIA DO BOMBEIRO NO MUNDO E NO BRASIL

**Carga Horária - 20 H/A**

### EMENTA:

A disciplina possibilita ao futuro oficial Bombeiro Militar o reconhecimento e interpretação dos processos históricos de formação dos serviços de combate a incêndio, no mundo e no Brasil, enfatizando o recorte da criação dos serviços de extinção de incêndio em Pernambuco e, posteriormente, criação e consolidação da atual corporação.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### Unidade I

1. A História dos incêndios e as respostas humanas
- 1.1 Principais registros de incêndios mundiais;
- 1.2 Incêndios e prejuízos humanos;
- 1.2 Organização humana aos incêndios;
- 1.3 Organização dos primeiros Corpos de Bombeiros no Mundo.

#### Unidade II

2. Histórico de incêndios no Brasil e Pernambuco
- 2.1 Os desafios dos incêndios no Brasil Colonial;

- 2.2 Pernambuco e os incêndios;
- 2.3 Brasil Holandês e a Companhia Brantmeesters;
- 2.4 Organização dos Corpos de Bombeiros no Império;
- 2.5 O CBMPE: das origens aos dias atuais.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASTRO, C.; PIERO, L. **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAVALCANTI, C. B. **Guerreiros da Paz**. 4ª ed. Recife: Comunigraf, 2002.

CAVALCANTI, C. B. **Polícia Militar de Pernambuco (origem e evolução histórica)**. Recife, 1997.

HOLANDA, S. B. **Capítulos de História do Império**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

MELLO, J. A. G. **Tempo dos Flamengos**. Recife: Editora Massangana, 1987.

MONTEIRO, R. **História da Polícia Militar de Pernambuco**. Recife: Oficinas Gráficas M. Inojosa Editora e Distribuidores de Livros Ltda, 1982.

PINTO, E. **Associação Comercial de Pernambuco (1839-1939)**. Recife: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1940.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798007-8	MAJ BM	EDUARDO ARARIPE PACHECO DE SOUZA

**PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS**

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

**EMENTA:**

Habilitar o futuro oficial Bombeiro Militar, através de conhecimentos básicos de psicologia aplicados as emergências, a agir preventivamente, minimizando a vulnerabilidade psicológica nos profissionais, das vítimas e da comunidade, utilizando-se da compreensão dos fenômenos psicológicos envolvidos em uma situação emergencial.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**1. Contribuição da Psicologia em situações de emergências e desastres**

- 1.1 Histórico e Desenvolvimento
- 1.2 Gestão de Riscos e Desastres
- 1.3 Atuação do Psicólogo em situações de riscos, emergências e desastres
  - 1.3.1 Prevenção e preparação
  - 1.3.2 Resposta
  - 1.3.3 Reabilitação / Reconstrução

**2. Situação de Crise e Intervenção em Crise**

- 2.1 O que é crise?
- 2.2 Diferenciando o fenômeno da crise
- 2.3 Como intervir em situação de crise
- 2.4 A importância da intersetorialidade na gestão de riscos e desastres

**3. Atendimento as pessoas e famílias afetadas por desastres**

- 3.1 Código de ética
- 3.2 Administração de abrigos temporário
- 3.3 Funções do agente psicossocial em um abrigo
- 3.4 Participação comunitária na gestão de riscos e desastres

**4. Possíveis consequências do enfrentamento a situações de emergências nos profissionais de primeira resposta**

- 4.1 Angústia Pública

4.2 Empatia

4.3 Transtorno de estresse pós-traumático

4.4 Síndrome de Burnout

4.5 Luto

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUCK, N. R.V. **A psicologia das emergências um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma.** 2007, 143 f. Tese ( doutorado em psicologia)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- CAMPOS, R.H. de F. **Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade á autonomia.** Petrópolis: Vozes, 1996.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética profissional do Psicólogo.** Brasília, 2005.
- CORDIOLI, Aristides Volpato. **Psicoterapias: Abordagens atuais.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- COMUNICAÇÃO DE NOTÍCIAS DIFÍCEIS: COMPARTILHANDO DESAFIOS NA ATENÇÃO À SAÚDE** /Instituto Nacional de Câncer. Coordenação Geral de Gestão Assistencial.Coordenação de Educação.– Rio de Janeiro: INCA, 2010.
- CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO DA CID-10:** descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- DATTILIO, Frank M. e FREEMAN, Arthur (Orgs.). **Estratégias cognitivo-comportamentais para intervenção em crises: tópicos especiais.** Vol II. São Paulo: Editorial Psi II, 1995
- GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária.** Universitas Ciências da Saúde. [S.l.], vol.01, n. 02, p.277-297, 2003.
- KLÜBER-ROSS, Elizabeth. **Sobre a morte e o morrer:** O que os doentes tem a ensinar a médicos, enfermeiros, religiosos e aos seus próprios parentes. 7ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- LAGO, Kennyston e CODO, Wanderley. **Fadiga por compaixão: o sofrimento dos profissionais em saúde.** Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2010.
- MOFFATT, Alfredo. **Terapia de crise:** teoria temporal do psiquismo. 2. Ed. SãoPaulo: Cortez, 1983;
- PINCUS, L.. **A Família e a Morte – como enfrentar o luto,** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989.
- ROSENBERG, Rachel Lea (Org.). **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa.** São Paulo: EPU, 1987.
- SARRIERA, J.. **Psicologia Comunitária – Estudos atuais.** Porto Alegre; Sulinas, 2000.
- SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DOS DESASTRES. 1, 2006, Brasília. **Anais.** Brasília: CFP, 2006, 97-102. Disponível em: <[http://www.crprj.org.br/publicações/relatórios/emergências\\_desastres.pdf](http://www.crprj.org.br/publicações/relatórios/emergências_desastres.pdf)>
- VALENCIO, Norma et al. (org). **Sociologia dos desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RIMA Editora, 2009.
- VIEIRA NETO, O.; VIEIRA, C.M.S. **Transtorno de Estresse Pós-Traumático:** uma neurose de guerra em tempos de paz. São Paulo: Vetor, 2005.
- SARRIERA, Jorge Castellá e SAFORCADA, Enrique Teófilo (org). **Introdução `a Psicologia Comunitária- Bases teóricas e metodológicas.** Porto Alegre, Sulina, 2010.
- CAVALCANTE, Sylvia e ELALI, Gleice A . ( org). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental.** Petrópolis- RJ, Vozes, 2011.
- PINHEIRO, J. Q. **Psicologia ambiental:** entendendo as relações do homem com seu ambiente. Campinas, SP: Alínea, 2004. 196 p.

## CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
707427-1	CAP BM	<b>JOÃO PAULO FERREIRA DA COSTA</b>

## PRINCÍPIOS DE DIREITOS HUMANOS

### CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS

**EMENTA**\_ Proporcionar ao discente o conhecimento sobre os aspectos introdutórios dos conceitos, fundamentos, evolução e significado contemporâneo dos Direitos Humanos, com uma visão panorâmica dos direitos e garantias fundamentais. A fim que levem a uma conduta ética e legal no desenvolvimento das suas ações como futuro oficial do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco. Tendo como parâmetro a visão do servir e proteger o ser humano no desempenho das suas funções administrativas e operacionais.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução aos Direitos Humanos: conceitos básicos, evolução histórica e abrangência.
- 1.2. Direitos Humanos e Internacional Humanitário: Premissas Básicas.
2. Fontes, sistemas e normas de Direitos Humanos na Aplicação da Lei:
  - 2.1. Sistema Universal (ONU);
  - 2.2. Sistemas Regionais de Direitos Humanos (OEA);

3. Os direitos humanos no ordenamento jurídico-legal brasileiro:

3.1 A Constituição Federal de 1988;

3.1.1- Princípios constitucionais dos direitos e garantias fundamentais, como embasamento para o planejamento das ações voltadas para servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política;

3.1.2 - Direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais;

3.1.3 - Os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos em face à Emenda Constitucional n.45.

3.2 - O profissional de Segurança Pública frente aos Programas nacionais e estaduais de Direitos Humanos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, C.L. O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. São Paulo: Nota dez, 1999.

BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988;

BREGA FILHO, Vladimir. Direitos fundamentais na Constituição de 1988: conteúdo jurídico das expressões. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BOBBIO, N. A Era dos Direitos. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CAMARGO, Marculino. Fundamentos da ética geral e profissional. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DIMENSTEIN, G. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 19. ed. São Paulo: Ática, 2000.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

KIPPER, Délio José (org.) Ética e prática – Uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: EDIPUCRS.2006.

MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais: teoria geral. Coleção. Temas Jurídicos. São Paulo: Atlas, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 34/69: código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei. New York: ONU, 1969.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado - Noções de Direitos Humanos e Comunitário. 10. ed. Salvador: Juspidium, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SERRANO, Gloria. Educação em valores: como educar para a democracia. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

UNESCO. Declaração sobre a diversidade cultural. Brasília: UNESCO, 2001

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
707446-8	CAP BM	HELTON DE LIRA ZOVKA

#### ASPECTOS LEGAIS DA ATIVIDADE BOMBEIRO MILITAR

##### CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Proporcionar ao aluno a compreensão acerca das normas e responsabilidades funcional do servidor público militar, além dos conhecimentos necessários da norma constitucional relativa ao desempenho das funções administrativa no âmbito da Organização Militar Estadual.

#### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

I - Normas Constitucionais e a atividade Bombeiro Militar

a) Conceito de Constituição (Poder constituinte originário e reformador), hierarquia das normas, Funções do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), típicas e atípicas.

b) Direitos e Garantias fundamentais

b.1) Conceito

b.2) Casa, direito de ir, vir e permanecer (Adequação – necessidade – proporcionalidade), garantias (HC, HD, MI, etc);

b.3) Relativização dos direitos e garantias fundamentais e limites constitucionais;

c) Cláusulas Pétreas;

d) Teoria do "FRUITS OF THE POISONOUS TREE".

e) Órgãos de Segurança Pública e suas funções constitucionais, principalmente no que concerne aos Corpos de Bombeiros Militar;

II - Ato administrativo, atributos e elementos constitutivos.

III - Poder de Polícia

a) Poder de Polícia x Poder discricionário x Poder Vinculado.

b) Discricionariedade x arbitrariedade

IV - Atribuições e limites na atuação com crianças e adolescentes (Lei 8069/90 – ECA)

V - Atribuições e limites na atuação com pessoas de idade (Lei 10741/03 - Estatuto do idoso)

VI - Lei de Responsabilidade Fiscal,

Sanções civis, penais e administrativas, bem como suas prescrições.

VII - Abuso de Autoridade

VIII - Do Porte e uso de arma de fogo,

a) Armas, acessório, Petrechos e Munições de Uso Permitido e proibido;

b) Do porte de arma de fogo para defesa pessoal;

c) Aquisição de Armas e Munições no Comércio e Indústria;

d) Do Porte Ilegal de Arma

IX - Omissão de socorro x Crime por omissão (Garante);

X - Isolamento e interdição de áreas e edificações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂNDIDO, Joel J. Direito Eleitoral Brasileiro. 7ª edição. 1998. Edipro.

\_\_\_\_\_. Coletânea de Códigos Brasileiros.

\_\_\_\_\_. Revista dos Tribunais.

Constitucional interpretada pelo STF. CUSTÓDIO, Joaquim Ferreira Custódio. 5ª edição. 2000.

Controle de Constitucionalidade. MOTA, Sylvio e DOUGLAS, William. 1999. Impetus.

Direito Constitucional e Teoria da Constituição. CANOTILHO, J.J. GOMES. 4ª edição. 2001. Curso de Direito Constitucional Positivo. SILVA, José Afonso da. 19ª edição. 2001. Malheiros.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 19ª edição. 2001. Malheiros.

Mandado de Segurança. MEIRELLES, Hely Lopes. 20ª edição. 1999. Malheiros

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 12ª edição. 2001. Malheiros.

## CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
950668-3	TC BM	EVANDRO ROCHA DE SOUZA
940197-0	TC BM	FRANCISCO DE ASSIS CANTARELLI ALVES

## PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

### EMENTA:

Aplicar as normas e procedimentos relativos ao sistema de controle disciplinar vigente, por meio dos diversos tipos de Processo Administrativo Disciplinar Militar, instruindo-os de modo a apurar fato e autoria de infração disciplinar de competência monocrática. Conhecer as atribuições, estrutura e operação da Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social do Estado.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS AO SISTEMA DE CONTROLE DISCIPLINAR.

1.1. Princípios constitucionais e administrativos aplicáveis ao controle disciplinar.

1.2. Sistema de repressão disciplinar aplicável ao ordenamento jurídico vigente.

1.3. Unidade de jurisdição brasileira.

1.4. Repercussão da sentença penal na instância administrativa.

1.5. Ato punitivo disciplinar.

## 2. REGIME ÉTICO E DISCIPLINAR MILITAR.

- 2.1. Preceitos da disciplina e da ética castrense.
- 2.2. Conceituação de denúncia disciplinar.
- 2.3. Conceituação de transgressão disciplinar militar.
- 2.4. Extinção da punibilidade disciplinar.
- 2.5. Fontes normativas do regime disciplinar militar aplicáveis no Estado de Pernambuco.

## 3. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR.

- 3.1. Conceituação de Processo Administrativo Disciplinar Militar (PADM).
- 3.2. Fontes normativas e princípios aplicáveis ao PADM.
- 3.3. Investigação Preliminar.
- 3.4. Fases do PADM.
- 3.5. Contagem de prazo.

## 4. PROCEDIMENTO NAS FASES DO PADM.

- 4.1. Instauração.
  - 4.1.1. Tombamento, controle, organização e submissão.
- 4.2. Instrução e Defesa.
  - 4.2.1. Impedimento e suspeição.
  - 4.2.2. Citação e intimação.
  - 4.2.3. Revelia.
  - 4.2.4. Autodefesa, defesa técnica e defensor dativo.
  - 4.2.5. Defesa Prévia.
  - 4.2.6. Depoimento da vítima e testemunha.
  - 4.2.7. Precatória, videoconferência e videoaudiência.
  - 4.2.8. Incidente de insanidade mental.
  - 4.2.9. Dano ao erário Público.
  - 4.2.10. Outros meios de dilação probatória.
  - 4.2.11. Vista aos autos pelo imputado.
  - 4.2.12. Interrogatório do acusado.
  - 4.2.13. Despacho de indicição.
  - 4.2.14. Alegações finais.
- 4.3. Julgamento.
- 4.4. Solução.

## 5. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR EM ESPÉCIE.

- 5.1. Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS).
  - 5.1.1. Finalidade e natureza.
  - 5.1.2. Autoridades competentes.
  - 5.1.3. Instauração, notificação e defesa.
  - 5.1.4. Penas disciplinares, medidas administrativas e reabilitação.
  - 5.1.5. Julgamento, solução, aplicação e cumprimento de pena disciplinar.
  - 5.1.6. Recursos disciplinares e comissões recursais.
  - 5.1.7. Modificação na aplicação das penas.
  - 5.1.8. Classificação, reclassificação e melhoria do comportamento.
  - 5.1.9. Cancelamento de pena disciplinar e recompensas.
  - 5.1.10. Transgressões disciplinares em espécie.
  - 5.1.11. Prática processual do PADS.
- 5.2. Sindicância Disciplinar Militar (SDM).

5.2.1. Finalidade, natureza, autoridade processante, fases processuais e prazos.

5.2.2. Julgamento e solução.

5.2.3. Prática processual da Sindicância Disciplinar.

5.3. Processo de Licenciamento a Bem da Disciplina (PL).

5.3.1. Finalidade, natureza, autoridade processante, fases processuais e prazos.

5.3.2. Julgamento e solução.

5.3.3. Prática processual do PL.

5.4. Conselho de Disciplina (CD).

5.4.1. Finalidade, natureza, autoridade processante, fases processuais e prazos.

5.4.2. Julgamento e solução.

5.4.3. Prática processual do CD.

5.5. Conselho de Justificação (CJ).

5.5.1. Finalidade, natureza, autoridade processante, fases processuais e prazos.

5.5.2. Julgamento e solução.

5.5.3. Prática processual do CJ.

## 6. COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL DA SDS NO SISTEMA DE CONTROLE DISCIPLINAR.

6.1. Finalidade e competências da Corregedoria Geral.

6.2. Estrutura organizacional.

6.3. Sistema de Controle Disciplinar.

6.4. Prerrogativas específicas e procedimentos cautelares.

### Referência Bibliográfica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de maio de 1988. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 05 out. 1988. BRASIL. Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro DE 1972. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 05 dez.1972.

BRASIL. Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972. Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 05 dez.1972. BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 30jan. 1999.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Volume 1. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CRETELA JÚNIOR, José. Prática do Processo Administrativo. 5ª edição São Paulo; editora Revista dos Tribunais, 2006.

FILHO, Marçal Justen. Curso de Direito Administrativo. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

FILHO, Sergio Cavalieri. Programa de Direito do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2008. MARTINS, Eliezer Pereira. Direito Administrativo Disciplinar Militar e sua Processualidade. São Paulo: Ed. Direito, 1996.

MEDAUAR, Odete. O Direito Administrativo Moderno. 11. ed. res. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32 ed. Atualizada até EC 51 por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009. NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. Apontamentos de Direito Penal Militar. São Paulo: Saraiva, 2005. v. 1, Parte Geral. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil,

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de maio de 1988. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 05 out. 1988.

PERNAMBUCO. Constituição do Estado de Pernambuco, de 05 de outubro de 1989. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Recife, PE, 05 out. 1989.

PERNAMBUCO. Decreto nº 3.639, de 19 de agosto de 1975. Dispõe sobre a aplicação do Conselho de Disciplina na Polícia Militar de Pernambuco e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 20ago. 1975.

PERNAMBUCO. Decreto nº 22.114, de 13 de março de 2000. Aprova o Regulamento de Ética Profissional dos Militares do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 14mar.2000.

PERNAMBUCO. Lei nº 6.783 de 16 de outubro de 1974. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 17out.1974.

PERNAMBUCO. Lei nº 6.957, de 3 de novembro de 1975. Estabelece os casos de perda do posto de oficial da polícia militar, fixa normas de procedimento do Conselho de Justificação e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 03nov. 1975.

PERNAMBUCO. Lei nº 11.781, de 06 de junho de 2000. Regula o Processo Administrativo no âmbito do Estado de Pernambuco. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 07jun. 2000.

PERNAMBUCO. Lei nº 11.817, de 24 de julho de 2000. Dispõe sobre o Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco, e de outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 25 jul. 2000.

PERNAMBUCO. Lei nº 11.929, de 2 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a competência e as

atribuições da Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social, órgão superior de controle disciplinar interno, cria o Conselho Estadual de Defesa Social e dá outras. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 02 jan. 2001.

PERNAMBUCO. Lei nº 11.929, de 2 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a competência e as atribuições da Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social, órgão superior de controle.

PERNAMBUCO. Portaria CG nº 088 de 24/01/2007, publicado no SUNOR nº G1.0.00.002 de 31/01/2007. Aprova as Instruções Gerais para a elaboração de Processo de Licenciamento a Bem da Disciplina para Praças sem Estabilidade da Polícia Militar de Pernambuco.

PERNAMBUCO. Portaria do Comando Geral do CBMPE nº 002/11-CJD/2011. Aprova Instruções Gerais para a elaboração de Processo de Licenciamento a Bem da Disciplina para Praças sem Estabilidade do CBMPE.

PERNAMBUCO. Instrução Normativa nº 02/2017/Cor.Ger./SDS, que dispõe sobre normas gerais procedimentais a serem adotadas nos PADM.

PERNAMBUCO. Provimento Correcional nº 02/2015, que dispõe sobre Investigação Preliminar.

PERNAMBUCO. Provimento Correcional nº 03/2015, que dispõe sobre incidente de insanidade mental.

PERNAMBUCO. Provimento Correcional nº 01/2017, que dispõe sobre videoaudiência.

PIETRO, Maria Sylvia Zanela Di. Direito Administrativo. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
9105751	CEL BM	CLÓVIS FERNANDES DIAS RAMALHO
7040016	MAJ BM	FLÁVIO MIGUEL DE BARROS VIEIRA DE MELO

### EDUCAÇÃO FÍSICA I

**CARGA HORÁRIA: 60 HORAS-AULAS**

#### EMENTA:

A disciplina “Educação Física I” proporcionará ao futuro oficial do CBMPE a construção de uma prática sistematizada de exercício físico, visando a saúde geral do indivíduo e o desenvolvimento de capacidades físicas necessárias ao desempenho das atividades operacionais do CBMPE. Desta forma, as sessões serão conduzidas nas diversas modalidades de treinamentos, dando ênfase em Educação Física Funcional voltada para sua atividade fim, aplicando métodos de avaliações e controle de treinamento, assim como indicadores de fatores de riscos direcionados a grupos especiais e suas peculiaridades. Possibilitando, ao oficial bombeiro militar, conhecimentos técnicos básicos para a realização e condução de uma prática saudável e segura de exercício físico, estimulando os seus pares e subordinados a se manterem aptos fisicamente para a vida e sua atividade laboral.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### 1. Corpo Humano, ossos e músculos (Introdução de Anatomia e Fisiologia).

##### 2. Atividade Física, Exercícios Físicos e Qualidade de Vida

2.1. Distinção entre Atividade Física e Exercício Físico, exercícios aeróbicos e de resistência Muscular Localizada (RML)

2.2. Atividade Física, Qualidade de Vida e prevenção de Doenças Crônico-Degenerativas (diabetes, hipertensão, doenças do sistema cardiorrespiratório)

2.3. Sessões de atividade física e exercícios físicos (prática)

##### 3. Conceito de saúde e doença, relação entre qualidade de vida e desempenho no trabalho prevenção da saúde, hábitos de manutenção da saúde;

##### 4. Avaliação diagnóstica condicionamento físico geral;

4.1. Tipos e especificidades dos testes físicos;

4.2. Importância para a segurança e o desenvolvimento das atividades físicas;

4.3. Aplicação de teste de aptidão física e teste de aptidão profissional;

4.4. Diretrizes da ACSM (Colégio Americano de Medicina Desportiva) para teste de esforço e sua prescrição.

4.5. Sessões de atividade física e exercícios físicos (prática)

##### 5. Treinamento Desportivo:

5.1 Princípios básicos;

5.2. Periodização;

5.3. Sessões de atividade física e exercícios físicos (prática).

Periodicidade na prática

- 5.4. Vestuário, acessórios adequados e horário ideal para prática
- 5.5. Atividades Físicas alternativas.
- 5.6. Capacidade física condicionante e capacidade física coordenativa aplicada à atividade bombeiro militar

**6. Alongamento e exercícios de flexibilidade;**

**7. Corrida contínua, fartlek, circuit e interval training;**

**8. Exercício isométricos, isocinéticos e isotônicos, exercícios de coordenação motora.**

**9. Nutrição, Atividade Física e Envelhecimento**

9.1. Noções gerais sobre os efeitos benéficos da Atividade Física no processo de envelhecimento;

9.2 Noções gerais do metabolismo de carboidratos, proteínas e lipídios

10. Teste de Aptidão Física (TAF)

11. Teste de Aptidão Profissional

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALLSEN, P. E; HARRINSON, J. M; BARBARA, V. Exercício e qualidade de vida: uma abordagem personalizada. 6.ed. São Paulo: Manole, 1999.

ALTER, M. J. Ciência da flexibilidade. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VOLPE, S. L.; SABELAWSKI S. B; MOHR C. R. Nutrição Para Praticantes de Atividade Física. (2000), Manual de Direito Penal. São Paulo, Editora Rocca, 2009.

HEYWARD, V. H. Avaliação Física e Prescrição de Exercício.. 4ª Edição, Porto Alegre, Editora Artmed.

GUEDES, D. P. Manual Prático para Avaliação em Educação Física. 1ª Edição, São Paulo, Editora Manole, 2006.

VERKHOSHANSKI. Y. V. Treinamento Desportivo: teoria e metodologia. 1ª Edição, Porto Alegre, Editora Artmed, 2000.

NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. 1ª Edição, Florianópolis, Editora Midiograf, 2007.

**CONTEUDISTAS:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798006-0	MAJ BM	JOSÉ JAILTON SIQUEIRA DE MELO
707458-1	CAP BM	WILZA CARLA SILVA QUEIROZ
798202-0	TEN BM	LUIZ HENRIQUE PEREIRA DE CASTRO

**EDUCAÇÃO FÍSICA II**

**CARGA HORÁRIA: 60 HORAS-AULAS**

**EMENTA:**

A disciplina “Educação Física II” proporcionará ao futuro oficial do CBMPE a construção, execução e avaliação de uma prática sistematizada de exercício físico, visando à saúde geral do indivíduo para o desenvolvimento de capacidades físicas e desempenho das atividades operacionais do CBMPE. Além de levantar requisitos para o levantamento das capacidades físicas necessárias para a elaboração de planejamento de um programa de treinamento voltado para as especificidades das atividades fim do CBMPE (Prevenção e Combate a incêndio, Atendimento Pré-hospitalar, Salvamento Aquático e Salvamento Terrestre), considerando as valências físicas, periodização e a performance no desempenho das referidas funções.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**1. Treinamento Desportivo:**

1.1 Princípios básicos;

1.2. Periodização;

1.3. Sessões de atividade física e exercícios físicos (prática).

Periodicidade na prática

1.4. Vestuário, acessórios adequados e horário ideal para prática

1.5. Atividades Físicas alternativas.

1.6. Capacidade física condicionante e capacidade física coordenativa aplicada à atividade bombeiro militar

**2. Alongamento e exercícios de flexibilidade;**

**3. Corrida contínua, fartlek, circuit e interval training;**

#### 4. Exercício isométricos, isocinéticos e isotônicos, exercícios de coordenação motora.

#### 5. Nutrição, Atividade Física e Envelhecimento

5.1. Noções gerais sobre os efeitos benéficos da Atividade Física no processo de envelhecimento;

5.2. Noções gerais do metabolismo de carboidratos, proteínas e lipídios

#### 6. Teste de Aptidão Física (TAF)

#### 7. Teste de Aptidão Profissional

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLSEN, P. E; HARRINSON, J. M; BARBARA, V. Exercício e qualidade de vida: uma abordagem personalizada. 6.ed. São Paulo: Manole, 1999.

ALTER, M. J. Ciência da flexibilidade. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VOLPE, S. L.; SABELAWSKI S. B; MOHR C. R. Nutrição Para Praticantes de Atividade Física. (2000), Manual de Direito Penal. São Paulo, Editora Rocca, 2009.

HEYWARD, V. H. Avaliação Física e Prescrição de Exercício.. 4ª Edição, Porto Alegre, Editora Artmed.

GUEDES, D. P. Manual Prático para Avaliação em Educação Física. 1ª Edição, São Paulo, Editora Manole, 2006.

VERKHOSHANSKI. Y. V. Treinamento Desportivo: teoria e metodologia. 1ª Edição, Porto Alegre, Editora Artmed, 2000.

NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. 1ª Edição, Florianópolis, Editora Midiograf, 2007.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798006-0	MAJ BM	JOSÉ JAILTON SIQUEIRA DE MELO
707458-1	CAP BM	WILZA CARLA SILVA QUEIROZ
798202-0	TEN BM	LUIZ HENRIQUE PEREIRA DE CASTRO

#### SAÚDE E SEGURANÇA APLICADAS AO TRABALHO

#### CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS

#### EMENTA:

Possibilitar ao futuro profissional estudar e aprender os conceitos básicos relacionados à Segurança do Trabalho e Higiene Ocupacional. Conhecer a legislação brasileira relacionada à Segurança e Saúde do Trabalho (SST), entendendo como ela se insere no contexto internacional. Ser capaz de identificar os riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho (ambientais e de segurança) e conhecer as etapas associadas à avaliação dos riscos. Compreender a função e importância dos programas de segurança exigidos pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Estudar algumas medidas de proteção como medidas de controle de riscos.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<>Introdução à Segurança do Trabalho/Conceitos e Definições Normalização e Legislação de Segurança do Trabalho;Controle dos Riscos e dos Acidentes;Os Programas de Segurança (PCMAT, PPRa, PCMSO);Equipamentos de Proteção Coletiva e Individual – EPC e EPI;Segurança do Trabalho na Empresa (CIPA e SESMT).Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa.Custo dos Acidentes de Trabalho .

MATRÍCULA	POSTO	NOME
799001-4	MAJ BM	CARLOS ALEXANDRE SANTOS SALES

#### RELAÇÕES INTERPESSOAIS

#### CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS

#### EMENTA:

Fundamentos teóricos da dinâmica de grupo. A dinâmica grupal como práxis criativa. O processo grupal. Comunicação humana. Recursos técnicos em dinâmica de grupo. Origem e desenvolvimento histórico da dinâmica de grupo; As diferentes abordagens sobre o homem e suas relações. Analisar as questões teóricas e práticas das relações interpessoais.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

## 1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA DINÂMICA DE GRUPO.

<>ORIGEM E AS DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE O HOMEM E SUAS RELAÇÕES.

MATRÍCULA	POSTO	NOME
930161-5	MAJ BM	SÉRGIO RICARDO ALVES MONTEIRO
31951-1	CAP BM	JOSÉ GILSON BEZERRA LEITE

### PRÁTICA DESPORTIVA I

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Para além do desenvolvimento de capacidades físicas relacionadas ao desempenho motor, a disciplina visa em especial o desenvolvimento de aspectos básicos e específicos acerca de modalidades desportivas institucionalizadas, das habilidades, gestos técnicos e aspectos básicos relacionados às técnicas e táticas de jogo, oportunizando ao futuro Oficial da Polícia Militar a prática dos componentes acima citados, além do desenvolvimento de qualidades emocionais presentes no esporte inerentes ao perfil do Oficial tais como a liderança, resiliência, espírito de corpo (trabalho em equipe), disciplina e pensamento/ação estratégica.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. O Esporte

<>Conceitos;Características;O Esporte enquanto fenômeno social, econômico, político e cultural.1.4 Elementos de institucionalização (padronização, imposição de regras por entidades oficiais, desenvolvimento formal de habilidades específicas);

1.5 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado.

##### 2. Esportes coletivos e Esportes individuais

###### 2.1. Conceitos;

###### 2.2. Características;

2.3. Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado.

##### 3. Voleibol

3.1 História (criação, desenvolvimento da modalidade, o voleibol no Brasil)

3.2 Regras básicas, composição da equipe, posicionamento dos jogadores/funções na dinâmica do jogo;

3.3 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.4 Aspectos técnicos: gestos técnicos básicos de defesa e ataque (manchete, saque, recepção do saque, passe levantamento, cortada, bloqueio);

3.5 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.6 Aspectos técnicos: gestos técnicos avançados (mergulho e rolamento);

3.7 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado

##### 4. Futebol de Campo

4.1 História e evolução do Futebol de Campo no Brasil

4.2. Regras básicas, composição da equipe, posicionamento dos jogadores/funções na dinâmica do jogo

4.3. Aspectos Técnicos: habilidades motoras específicas (proteção e controle da bola, passe e recepção, condução, finta, drible, chute, desarme cabeceio)

4.4 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

4.4. Ações do Goleiro: posicionamento, recepção/pegada da bola, saída do gol, reposição e posicionamento (colocação) da barreira;

4.5. Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado.

4.6 Princípios de Marcação: contenção, cobertura, equilíbrio numérico, compactação;

4.7 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

4.8 Princípios de Ataque: penetração, apoio, mobilidade, abertura de espaço;

4.9 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado.

##### 5. Natação

5.1 Histórico e evolução da natação enquanto esporte;

5.2. Propriedades da água;

5.3 Ambientação e flutuação;

5.4. Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

5.5 Entrada e saída da piscina

5.6 Propulsão com movimento de pernas;

5.7 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

5.8 Mergulhos básicos;

5.9 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

5.10 Deslocamento na água: velocidade, sustentação e força 9alavancas usadas nos estilos);

5.10 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

5.11 Regras e mecânica dos estilos crawl e costas;

5.12 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

5.13 Regras e mecânica dos estilos peito e borboleta

5.14 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

5.15 Saídas e Viradas

5.16 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

6. Judô

6.1 Aspectos históricos do surgimento, desenvolvimento e atualidade;

6.2 Regras e cerimonial;

6.3 As quedas (UKEMI): tipos;

6.4 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

6.5 Posturas básicas (SHISEI) e cerimonial;

6.6 Aplicação e tipos de Kuzushi;

6.7 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

6.8 Técnicas básicas de projeção (Nague-Waza);

6.9 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

6.10 Técnicas básicas de controle e submissão (Katame-Waza);

6.11 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos.

7. Atletismo

7.1 Origem, história e evolução da modalidade;

7.2 As provas oficiais do atletismo;

7.3 Corridas rasas de velocidade: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.4 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.5 Corridas rasas de meio-fundo: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.6 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.7 Corridas de fundo: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.8 Marcha atlética: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.9 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.10 Corridas com barreiras e corridas com obstáculos: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.11 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.12 Corridas de revezamento: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.14 Corridas de revezamento: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.15 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.16 Salto em distância: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.17 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.18 Salto triplo: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.19 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.20 Salto em altura: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

- 7.21 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;
- 7.22 Arremesso de peso: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;
- 7.21 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;
- 7.22 Lançamento de disco: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;
- 7.23 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;
- 7.24 Provas combinadas: generalidades fisiológicas e estratégias de participação;
- 7.25 Provas militares: tipos e características;

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALVIM, J. Judo: nague-waga. São Paulo, 1975, 77 p. FRANCHINI, E. Judô: desempenho competitivo. São Paulo: Manole, 2001.

ASSOCIATION OF SWIMMING THERAPPY. Natação para deficientes. São Paulo: Manole, 2000.

BARROS, N. O Atletismo. 2. ed. São Paulo: Apoio, 1990.

BASILONE NETTO, J. Natação: a didática moderna da aprendizagem. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1995. JUBA, K. Iniciação à natação. Lisboa: Presença, 1982.

BOTTA, Juan Luís. Voleibol. Têc/tac. De Los Fundamentos. ED.Sradium. Buenos Aires. 1992.

CAMPOS Jorge Mario; BOLAÑO, Marco Antonio Cassio; ARRUD, Miguel de; SANTI, Tago Maria. **Futebol - ciências aplicadas ao jogo e ao treinamento**. São Paulo: Phorte. 2013.

CARVALHO, Oto Moravia. Voleibol: 1000 exercícios. Rio de Janeiro: Sprint 2000.

CRISOSOTOMO, J; BOJIKIN, Marcondes. Ensinando voleibol. São Paulo: Phorte 2002.

FERNANDES, José Luís. Atletismo: arremessos. São Paulo: EPU, 1978.

FERNANDES, José Luís. Atletismo: corridas. São Paulo: EPU, 1979.

FERNANDES, José Luís. Atletismo: Provas de pista e de campo. São Paulo: Tecnoprint, 1995. FROMETA, E. R. Guia metodológico de exercícios em atletismo: formação técnica e treinamento. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KIRSCH, A. Antologia do atletismo: Metodologia para iniciação em escolas e clubes. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

LAIGRET, F. O Atletismo: as regras, a técnica, a prática. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

LASSERRE, R. Judo: manual prático. 2 ed. São Paulo: Editorial Mestre Jou, 1975, 292 p.

MACHADO, D. C. Metodologia da natação. São Paulo: EPU, 1984. \_\_\_\_\_. Natação: teoria e prática. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. PALMER, M. A ciência do ensino da natação. São Paulo: Manole, 1990.

MATTHIESEN, S. Q. (Org.) Atletismo se aprende na escola. Jundiaí: Fontoura, 2005.

MATTHIESEN, S. Q. Atletismo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

MONTEIRO, L. B. O treinador de Judô no Brasil. Rio de Janeiro: Sprint Ltda. 1998, 113 p.

**Natação.**

ROBERT, L. O judo. 7 ed. Lisboa. Editorial Notícias (1983), 509 p. VIRGILIO, S. A arte do judo. Campinas: Papirus, 1986, 162 p.

SCAGLIA, A. J. **O futebol e as Brincadeiras de Bola**. São Paulo: Phorte, 2011.

VIRGILIO, S. A Arte do Judô. Campinas-SP: Papirus, 1986, 162p. GAMA, R. J. Manual de Iniciação do Judô. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport. 1986, 105 p.

**CONTEUDISTAS:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
940295-0	MAJ BM	<b>ALEXANDRE ARAÚJO GONÇALVES PEREIRA</b>
798006-0	MAJ BM	<b>JOSÉ JAILTON SIQUEIRA DE MELO</b>
707458-1	CAP BM	<b>WILZA CARLA SILVA QUEIROZ</b>

**PRÁTICA DESPORTIVA II**

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** A disciplina visa o desenvolvimento de habilidades técnicas e táticas avançadas de modalidades desportivas institucionalizadas, das habilidades complexas, gestos técnicos atrelados a táticas e sistemas de jogo defensivos e ofensivos complexos, oportunizando ao futuro Oficial da Polícia Militar uma prática sistematizada dos componentes acima citados, desenvolvimento de capacidades de participação, entendimento, formulação de estratégias de jogo em nível de rendimento, além do aperfeiçoamento de qualidades emocionais presentes no esporte inerentes ao perfil do Oficial tais como a liderança, resiliência, espírito de corpo (trabalho em equipe), disciplina e pensamento/ação estratégica.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

### 1. Esporte Recreacional X Esporte de Rendimento

<>Características e distinções; Treinamento especializado para o rendimento: dinâmica e objetivos 2.1 Estratégias de sistemas de jogo: 6 X 0, 3 X 3, 4 X 2, 4 X 2 c/ infiltração, 5 X 1, sistemas mistos.

2.2 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

2.3 Seções de exercícios físicos para desenvolvimento de capacidades físicas específicas.

### 3. Futebol de Campo

<>Posicionamento com bola e sem a bola; Sistemas de Jogo X Variações de posicionamento Sistema 4-2-4; 3.4 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado <> Sistema 4-3-3; 3.6 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado; <> Sistema 4-4-2; 3.8 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado; <> Sistema 3-5-2; 3.10 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.11 Sistema 4-5-1;

3.12 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.13 Sistema 3-6-1;

3.14 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.15 Sistema 3-4-3

3.16 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.17 Seções de exercícios físicos para desenvolvimento de capacidades físicas específicas.

### 4. Natação

4.1 O nado crawl: Aperfeiçoamento e desenvolvimento das técnicas de posicionamento do corpo, posicionamento da cabeça, técnica de pernada, técnica de braçada, respiração, coordenação braços/pernas;

4.2 Seções de atividades práticas: vivências, educativos, desenvolvimento;

4.3 O nado costas: Aperfeiçoamento e desenvolvimento das técnicas de posicionamento do corpo, posicionamento da cabeça, técnica de pernada, técnica de braçada, respiração, coordenação braços/pernas;

4.4 Seções de atividades práticas: vivências, educativos, desenvolvimento;

4.5 O nado peito: Aperfeiçoamento e desenvolvimento das técnicas de posicionamento do corpo, posicionamento da cabeça, técnica de pernada, técnica de braçada, respiração, coordenação braços/pernas;

4.6 Seções de atividades práticas: vivências, educativos, desenvolvimento;

4.7 O nado borboleta: Aperfeiçoamento e desenvolvimento das técnicas de posicionamento do corpo, posicionamento da cabeça, técnica de pernada, técnica de braçada, respiração, coordenação braços/pernas;

<> Seções de atividades práticas: vivências, educativos, desenvolvimento. 5.1 Técnicas avançadas de projeção (Nague-Waza);

5.2 Seções de atividades práticas (vivências) de desenvolvimento/educativos;

5.3 Técnicas avançadas de controle e submissão (Katame-Waza);

5.4 Seções de atividades práticas (vivências) de desenvolvimento/educativos;

5.5 Combinações e contragolpes;

5.6 Seções de atividades práticas (vivências) de desenvolvimento/educativos;

5.7 Atividades práticas: desenvolvimento e aperfeiçoamento das estratégias e técnicas de golpes e contragolpes.

### 6. Atletismo

6.1 Corridas rasas: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.2 Corridas meio fundo: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.3 Corridas de fundo: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.4 Corridas com barreiras: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.5 Corridas de revezamento: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.6 Salto em distância: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.7 Salto triplo: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.8 Salto em altura: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.9 Arremesso de peso: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.10 Arremesso de disco: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.11 Provas combinadas: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.12 Provas militares: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOTTA, Juan Luís. Voleibol. Téc/tac. De Los Fundamentos. ED.Sradium. Buenos Aires. 1992.

CARVALHO, Oto Moravia. Voleibol: 1000 exercícios. Rio de Janeiro: Sprint 2000.

CRISOSOTOMO, J: BOJIKIN, Marcondes. Ensinando voleibol. São Paulo: Phorte 2002.

CAMPOS Jorge Mario; BOLAÑO, Marco Antonio Cassio; ARRUD, Miguel de; SANTI, Tago Maria. **Futebol - ciências aplicadas ao jogo e ao treinamento**. São Paulo: Phorte. 2013.

SCAGLIA, A. J. **O futebol e as Brincadeiras de Bola**. São Paulo: Phorte, 2011.

ASSOCIATION OF SWIMMING THERAPPY. Natação para deficientes. São Paulo: Manole, 2000.

BASILONE NETTO, J. Natação: a didática moderna da aprendizagem. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1995. JUBA, K. Iniciação à natação. Lisboa: Presença, 1982.

MACHADO, D. C. Metodologia da natação. São Paulo: EPU, 1984. \_\_\_\_\_. Natação: teoria e prática. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. PALMER, M. A ciência do ensino da natação. São Paulo: Manole, 1990.

ALVIM, J. Judo: nague-waga. São Paulo, 1975, 77 p. FRANCHINI, E. Judô: desempenho competitivo. São Paulo: Manole, 2001.

LASSERRE, R. Judo: manual prático. 2 ed. São Paulo: Editorial Mestre Jou, 1975, 292 p.

MONTEIRO, L. B. O treinador de Judô no Brasil. Rio de Janeiro: Sprint Ltda. 1998, 113 p.

VIRGILIO, S. A Arte do Judô. Campinas-SP: Papirus, 1986, 162p. GAMA, R. J. Manual de Iniciação do Judô. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport. 1986, 105 p.

ROBERT, L. O judo. 7 ed. Lisboa. Editorial Notícias (1983), 509 p. VIRGILIO, S. A arte do judo. Campinas: Papirus, 1986, 162 p.

BARROS, N. O Atletismo. 2. ed. São Paulo: Apoio, 1990.

FERNANDES, José Luís. Atletismo: arremessos. São Paulo: EPU, 1978.

FERNANDES, José Luís. Atletismo: corridas. São Paulo: EPU, 1979.

FERNANDES, José Luís. Atletismo: Provas de pista e de campo. São Paulo: Tecnoprint, 1995. FROMETA, E. R. Guia metodológico de exercícios em atletismo: formação técnica e treinamento. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KIRSCH, A. Antologia do atletismo: Metodologia para iniciação em escolas e clubes. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

LAIGRET, F. O Atletismo: as regras, a técnica, a prática. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

MATTHIESEN, S. Q. Atletismo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

MATTHIESEN, S. Q. (Org.) Atletismo se aprende na escola. Jundiaí: Fontoura, 2005.

## CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
940295-0	MAJ BM	ALEXANDRE ARAÚJO GONÇALVES PEREIRA
798006-0	MAJ BM	JOSÉ JAILTON SIQUEIRA DE MELO
707458-1	CAP BM	WILZA CARLA SILVA QUEIROZ

## TELECOMUNICAÇÕES

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

### EMENTA:

Possibilitar ao futuro profissional o conhecimento e utilização dos sistemas de comando, coordenação e controle operacional da SDS/CIODS/CBMPE, das tecnologias dos programas de registro e despacho de ocorrências em todo o Estado, os programas de radiocomunicação digitais e analógicos e suas coberturas e funcionalidades, como também dos demais meios de comunicações disponíveis e em uso no CBMPE e sua importância para ações operacionais. Desenvolver a compreensão e habilidades voltadas para comunicação/linguagem operacional em sua correta, bem como a utilização, manutenção e instalação de equipamentos fixos, móveis e portáteis. Compreensão dos conceitos de comando e controle, videomonitoramento e rastreamento de viaturas nas ações do CBMPE/Defesa Civil.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

<>Conceitos básicos da comunicação;Tipos de equipamentos (estações fixa e móvel e rádio portátil), videomonitoramento e formas de transmissão (repetidoras e ponto a ponto);Componentes das estações fixas, móveis, do rádio transceptor portátil e rastreadores veiculares;Código Q (definição, detalhes da transmissão e emprego prático);Alfabeto universal (linguagem, definição, detalhes da transmissão e emprego prático);Introdução à estrutura do CIODS (estrutura e sistema) e programas de despacho (Netdispacher/SGO, geração de ocorrências, cadastro de equipes e pesquisas de ocorrências; Manuseio dos equipamentos de RC, funções e principais cuidados na sua utilização;Manutenção de 1º escalão e principais causadores de danos e interferência na radiocomunicação;Montagem dos sistemas de comunicação nas grandes operações; Simulação de montagem e operação dos sistemas nas grandes operações; Avaliação final.

MATRÍCULA	POSTO	NOME

930141-5	TC BM	ARISTON ALVES ROQUE DA SILVA
----------	-------	------------------------------

### ESTATÍSTICA APLICADA À ATIVIDADE BOMBEIRO MILITAR

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

**EMENTA:**

Introdução ao método estatístico. Fases do trabalho estatístico. Séries estatísticas. Distribuição de frequências e representação gráfica. Medidas de posição e dispersão. Aplicações da Estatística na atividade bombeiro militar.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

<>Introdução à Estatística: principais conceitos;Fases do trabalho estatístico: planejamento, coleta, organização, representação e análise dos dados;Séries estatísticas: obtenção de dados e níveis de mensuração;Representação numérica, tipos de frequência e representação gráfica;Descrição gráfica de variáveis qualitativas e de variáveis quantitativas;Medidas de tendência central: média aritmética, mediana e moda;Tipos especiais de médias: média geométrica e média harmônica - quando e como usar;Medidas de dispersão: amplitude total, variância, desvio-padrão e coeficiente de variação de Pearson;Aplicações práticas da Estatística na atividade bombeiro militar utilizando a planilha eletrônica BrOffice Calc ou Microsoft Excel®.

ATRÍCULA	POSTO	NOME
798002-7	MAJ BM	SAMUEL Antônio de Oliveira Júnior

### INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Os aspectos que envolvem a atividade de inteligência no Estado de Pernambuco, bem como a estrutura do Sistema no Estado e suas funções específicas. Compreensão do desenvolvimento das atividades inerentes aos agentes de inteligência do CBMPE, além da vivência de sessões de exercícios para despertar os sentidos para atividades de inteligência que os mesmos poderão utilizar em suas atividades ostensivas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**1. A atividade de inteligência no Estado de Pernambuco**

- 1.1. Conceitos e definições da atividade de inteligência;
- 1.2. Dado, conhecimento e informação;
- 1.3. Emprego do efetivo de inteligência do CBMPE.

**2. Tipos de documentos de inteligência**

- 2.1. Tipos de documentos
- 2.2. Produção, difusão e armazenamento de documentos de inteligência.

**3. Serviço de Inteligência no CBMPE**

- 3.1. Legislação pertinente ao Serviço de inteligência no Estado de Pernambuco
- 3.2. Conhecer a legislação que rege o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

LEI N.º 13.241, DE 29 DE MAIO DE 2007 (Cria o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Pernambuco - SEINSP);  
 DECRETO N.º 30.847 DE 01 DE OUTUBRO MARÇO DE 2007 (Regulamenta a Lei 13.241, de 29MAI07);  
 LEI N.º 14.025, DE 26 DE MARÇO DE 2010 (Altera o Anexo Único da Lei nº 13.241, de 29 de maio de 2007).

**CONTEUDISTAS:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
940246-2	TC BM	MARCELO ALMEIDA MACIEL
707453-0	CAP BM	FILIPE FALCÃO PIMENTEL

## DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

### EMENTA:

O Oficial e a necessidade de conhecer e elaborar os diversos documentos existentes no CBMPE, tais como memorando, ofícios, requerimentos, partes disciplinares, dentro dos padrões da Norma Culta, e seguindo a padronização da Instituição, além de conhecer os procedimentos de arquivamento e incineração, dentro da norma vigente.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. Sistema de Correspondência do CBMPE.

1.1 Da finalidade, da conceituação e classificação da correspondência e competência.

#### 2. Dos tipos de documentos.

2.1 Dos tipos e utilização dos serviços de correspondência.

#### 3. Da tramitação da correspondência.

3.1 fluxo e prazos. Recebimento e expedição da correspondência.

#### 4. Arquivamento e incineração de documentos.

#### 5. Normas Gerais para Elaboração de Documentos.

#### 6. Documentos Sigilosos.

#### 7. Prática de Redação.

7.1 Elaboração de ofícios e memorandos.

7.2 Requerimentos.

7.3 Parte disciplinar e Nota de Culpa.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECRETO No 2.243, DE 3 DE JUNHO DE 1997.(Vide Decreto nº 6.806, de 2009 Vigência). Dispõe sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

PORTARIA DO COMANDO GERAL N.º 123, de 06 de março de 2012, disponível em [http://www.pm.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?p\\_id=13029&folderId=2532474&name=DLFE-26013.pdf](http://www.pm.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_id=13029&folderId=2532474&name=DLFE-26013.pdf)

ABREU, A. S. Curso de redação. São Paulo: Ática, 1991

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 5ª ed. São Paulo: Lexikon, 2009

### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
799004-9	MAJ BM	GUSTAVO HENRIQUE CORRÊA MARANGONI

## TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

### EMENTA:

A tecnologia da educação e os novos rumos para a educação. Tecnologia como área do conhecimento humano. Aplicações tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem: possibilidades, limites e perspectivas. Ciberespaço e educação à distância: novos ambientes de aprendizagem e comunicação docente. Inserção da tecnologia da educação e da informação no cotidiano escolar: critérios para a seleção e utilização de recursos.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A tecnologia como área do conhecimento humano.

2. Conceito e evolução histórica.

2.1 a ciência e a tecnologia em tempos de incerteza;

2.2 a informática na sociedade em que vivemos;

3. As novas tecnologias da comunicação e informação,

4. A escola e os professores.

4.1 novas exigências educacionais e profissão docente;

5. Conhecimento, aprendizagem e conteúdos de ensino em informática na educação.

6. Ensino e aprendizagens inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas.
7. Ciberespaço e educação à distância: novos ambientes de aprendizagem e comunicação docente.
- 7.1 a interatividade no ciberespaço:
- 7.2 o conhecimento compartilhado;
- 7.3 os modos de produção e recepção do texto escrito no ciberespaço:
8. A hipertextualidade;
- 8.1 a virtualidade na educação: limites e possibilidades;
- 8.2 Educação à distância: bases conceituais e evolução histórica;
- 8.3 A ação docente e discente na ead: uma realidade, muitos desafios

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- OLIVEIRA, Fátima Bayma. Tecnologia da informação e comunicação: a busca de uma visão ampla e estruturada. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2ª ed. 2008.
- REIS, D. R. dos. Gestão da inovação tecnológica. 2. ed. São Paulo: Manole, 2008.
- STAREC, C.; GOMES, E.; BEZERRA, J. Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva. 4.a tiragem revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2006.

## CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798003-5	MAJ BM	GUSTAVO COUTINHO DE AMORIM DAMASCENO

## ÉTICA PROFISSIONAL E CIDADANIA

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Oferecer aos discentes fundamentos teóricos para discussão e reflexão acerca da Ética e da Moral. Analisar a construção cultural de valores. Problematicar a natureza e os fundamentos da Ética Profissional Bombeiro Militar, consoantes com as atividades de Defesa Civil e Defesa Social. O futuro da Ética e da Cidadania numa Sociedade cheia de contradições.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### 1. Ética, Moral e condição humana

- 1.1 Da Epistemologia à Ética
- 1.2 Autonomia moral: nascemos com ela ou a desenvolvemos?
- 1.3 As situações de fronteiras: a ética e a responsabilidade

### 2. Ética e Cidadania Institucional

- 2.1 Generalidades: Importância dos estudos éticos na carreira Bombeiro militar.
- 2.2 Conceito Básico: Ética – Fundamentos; Consciência Moral; Ética e Deontologia; Ética Profissional; Cidadania.
- 2.3 Dos Valores e Deveres: Conceito de valor e dever; Relações entre valores e deveres; Valores e deveres no Corpo de Bombeiros Militar à luz do Regulamento de Ética; Espírito de corpo e de coesão entre militares.
- 2.4 Ética Bombeiro Militar: Instituição; Homem; e Defesa Social.
- 2.5 Importância dos Procedimentos Operacionais Padrão para cada tipo de ocorrência com vítimas (exposição, humanização e redes sociais)
- 2.6 Questões Éticas no CBMPE. Violência, Corrupção e Disfunção.
- 2.7 Regulamento de Ética dos Militares de Pernambuco.
- 2.8 Estatuto dos Policiais Militares de Pernambuco. Código de Conduta da ONU.

### 3. O Ética e a Moral no contexto pós-moderno

- 3.1 A moral em crise e a revalorização da ética
- 3.2 Redes Sociais

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARISTÓTELES, Ética a Nicômaco. Ed Nova Cultural, 1991
- BAUMAN, Zygmunt – Ética pós-moderna, Ed Paulus, 2003
- BATISTA, et al - ética e humanização da assistência em um serviço de atendimento pré-hospitalar: o que pensam os profissionais de saúde. Revista de Pesquisa on line – ISSN 2175-5361, dez 2012. Disponível em <<<http://www.redalyc.org/pdf/5057/505750895006.pdf>>>
- CHAUÍ, MARILENA – Convite à Filosofia São Paulo; Ática, 1995

Decreto 22.114. de 13 de março de 2000, Regulamento de Ética Profissional dos Militares do estado de Pernambuco.

LAZZARINI, Álvaro – texto: Questões Éticas na polícia Militar – revista ALFERES Vol. II – nº 39, OUT/DEZ 1993;

LOPES, Paulo Mariano – Texto: Da Deontologia Policial Militar – Revista Unidade – nº 20, MAI/AGO 1994;

PASSOS, Elizete Passos. Ética nas Organizações. Ed. Atlas - 2004

RAMOS, ERNESTO LOPES Coord. – Ética na virada do milênio.2.Ed.São Paulo LTR.

SÁ, Antônio Lopes de – Ed Atlas 9ª Ed. – São Paulo 2009

VALLA, Wilson Odirley – Deontologia Militar – Ética Profissional. Edição Revista 1997;

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BOFF, Leonardo (2003). "A ética e a formação de valores na sociedade". In: Reflexão. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

MARTINEZ, Paulo. *Direitos de cidadania: um lugar ao sol*. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.

NALINI, José Renato. *Ética e justiça*. São Paulo: Seminário de estudos sobre a tecnoética – As fronteiras da ética hoje – SENAC-SP, maio de 2000

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no

novo capitalismo. Rio de Janeiro, Record, 2002.

SOUZA, Ricardo Timm. **Ética** como fundamento: uma introdução à Ética contemporânea. São Leopoldo, Nova Harmonia, 2004.

#### **CONTEUDISTAS:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
704011-3	MAJ BM	RAFAELA RENY DE ARAÚJO VEIGA
31951-1/	CAP BM	JOSÉ GILSON BEZERRA LEITE

#### **DIVERSIDADE ÉTNICO-SOCIOCULTURAL**

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

#### **EMENTA:**

Tratar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Compreender os grupos étnicos “minoritários” e processos de colonização e póscolonização. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação anti-racista. Currículo e política curriculares. História e cultura étnica na escola e itinerários pedagógicos. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença. Cultura e hibridismo culturais. As etnocências na sala de aula. Movimentos Sociais e educação não formal. Pesquisas em educação no campo da educação e relações étnico-raciais.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

##### **UNIDADE I - Educação e Cultura**

<>Introdução à educação étnico-racial;Fundamentos legais para educação das relações étnico-raciais.3.1 A reflexão sobre a diversidade cultural e a necessidade de repensar o papel do educador;

3.2 Metodologia de ensino em educação para as relações étnico-raciais.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Minas Gerais: Ed. da UFMG, 2001.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2.ed. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002. HALL, Stuart. **Da diáspora, identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SANTOS, Renato Emerson dos. (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Gutemberg, 2009.

#### **CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798007-8	MAJ BM	EDUARDO ARARIPE PACHECO DE SOUZA

#### **INSTRUÇÃO GERAL**

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** O profissional de Segurança Pública e o cotidiano da vida militar, suas particularidades, padronizações e cultura organizacional, assim como elaborar os diversos documentos existentes na PMPE, tais como memorando, ofícios, requerimentos, partes disciplinares, dentro dos padrões da Norma Culta, e seguindo a padronização da Instituição, além de conhecer os procedimentos de arquivamento e incineração, dentro da norma vigente.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

MÓDULO I

1. Regulamento de Continência;
2. Finalidade e Sinais de Respeito e Continência;
3. Honras Militares;
4. Da continência da tropa;
5. Do Procedimento da Tropa em situações diversas;
6. Da Continência da Guarda;
7. Da Continência da Sentinela;
8. Dos Toques de Corneta;
9. Da Bandeira, Insígnias, Distintivos e Estandartes;
10. Do Compromisso dos Oficiais e Promoção ao Primeiro Posto;
11. Passagens de Comando, Chefia e Direção;
12. Das Recepções;
13. Condecorações;
14. Substituição da Guarda;
15. Substituição da Sentinela;
16. Honras de Gala, Fúnebre e Salvas;
17. Bandeira Nacional;
18. Culto à Bandeira;
19. Hasteamento em Datas Comemorativas;
20. Compromissos dos militares;
21. Passagem de Comando. Condecorações;
22. Dispositivos de Cerimonial.

MÓDULO II

1. Regulamento Interno e dos Serviços Gerais;
2. Atribuições inerentes aos cargos;
3. Trabalho diário;
4. Substituições;
5. Situações extraordinárias da tropa;
6. Serviço Interno e formatura;

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), 9ª EDIÇÃO, 1974.

Regime Interno do Estado Maior da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 1ª edição, 1976.

Instruções Gerais para Aplicação do Regulamento de Continências, Honras Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (IG 10-26) – Portaria Ministerial nº 77 de 31 de janeiro de 1984.

Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Decreto nº 88.513 de 13 de julho de 1983. 1ª edição. Supervisão editorial Jair Lot Vieira. São Paulo: Javoli.

ÉXERCITO BRASILEIRO. C-22 - Manual de Campanha: Inspeções, Revistas e Desfiles. Brasília-DF, 1986.

BRASÍLIA-DF. Decreto 2.243. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. 1997.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
910530-1	<b>MAJ PM</b>	<b>IVALDO BEZERRA DA SILVA</b>

**ordem unida i**

Carga Horária: 30 h/a

**EMENTA:** Desenvolver no futuro Oficial as habilidades próprias dos movimentos e comandos da Ordem Unida, essencial à vida Militar, compreendendo-a como instrumento na formação do caráter militar, além de desenvolver o espírito de corpo e a marcialidade, bem como o sentimento de coesão e a disciplina. No contexto dos cerimoniais militares, a disciplina possibilita o desenvolvimento de habilidades fundamentais para desempenho nas apresentações individuais e/ou coletivas com e sem armas, no padrão exigido para militares.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Introdução:
  - 1.1 Definições;
  - 1.2 Métodos e processos de instrução.
2. Instrução Individual Sem Arma:
  - 2.1 A pé firme e em marcha;
  - 2.2 Posições, voltas e passos.
3. Instrução Individual Com Arma:
  - 3.1 Espadim e Mosquefal;
  - 3.2 A pé firme e em marcha;
  - 3.3 Posições, voltas e passos.
4. Instrução Coletiva:
  - 4.1 Comandamento de Tropa;
  - 4.2 Instrução coletiva com e sem arma;
  - 4.3 Formação e mudança de formação;
  - 4.4 Deslocamentos, mudanças de frente de direção.
5. Uso da Espada:
  - 5.1 A pé firme e em marcha;
  - 5.2 Posições, voltas e passos;
  - 5.3 Comando: Posições e Deslocamentos;

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Manual de Campanha C 22-5 - Ordem Unida – Exército Brasileiro. 3ª Edição, 2000. <http://www.cciex.eb.mil.br/arquivos/docs/publicacoes/manuais/c22-5.pdf>

Caderno de Instrução CI 22-5/1 – Ordem Unida – Conselhos ao Instrutor. Edição, 1977.

**CONTEUDISTAS:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
707459-0	CAP BM	LUÍS OTÁVIO CONSTANTINO DE MELO
118.937-9	2º TEN PM	NEILSON ADRIÃO DA SILVA

ORDEM UNIDA II

Carga Horária: 30 h/a

**EMENTA:** Aprofundar os conhecimentos desenvolvidos na disciplina de Ordem Unida I, buscando desenvolver no futuro Oficial as habilidades próprias dos movimentos e comandos da Ordem Unida, com ênfase na execução da Guarda Bandeira e no Preto da Tropa no âmbito das Forças Militares do Estado, a fim de construir o conhecimento sobre a normatização e a execução destas Honras Militares.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Instrução Individual Com Arma:
  - 1.1 Metralhadora;
  - 1.2 A pé firme e em marcha;
  - 1.3 Posições, voltas e passos.
2. Instrução Individual com Bandeira:

- 2.1 A pé firme e em marcha;
- 2.2 Posições, voltas e passos.
3. Guarda Bandeira:
  - 3.1 Constituição, armamento e uniforme;
  - 3.2 Ordem unida;
  - 3.3 Incorporação da Bandeira Nacional;
  - 3.4 Desincorporação da Bandeira Nacional.
4. Honras Fúnebres:
  - 4.1 Guarda Fúnebre;
  - 4.2 Salvas Fúnebres;
  - 4.3 Comandamento e execução.
5. Guarda de Honra:
  - 5.1 Constituição, armamento e uniforme;
  - 5.2 Recepção à autoridade;
  - 5.3 Revista;
  - 5.4 Desfile.
6. Honras de Recepção e Despedida de Autoridade na OME:
  - 6.1 Generalidades;
  - 6.2 Recepção pela Guarda de Honra;
  - 6.3 Continência da Guarda do Quartel à Autoridade na recepção e na saída.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Manual de Campanha C 22-5 - Ordem Unida – Exército Brasileiro. 3ª Edição, 2000. <http://www.cciex.eb.mil.br/arquivos/docs/publicacoes/manuais/c22-5.pdf>
- Caderno de Instrução CI 22-5/1 – Ordem Unida – Conselhos ao Instrutor. Edição, 1977.
- Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda de Honra (VM 01) <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/100-guarda-de-honra>
- Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade na OM (VM 03) <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/101-honras-de-recepcao-e-despedida>
- Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército – Guarda–Bandeira (VM 04) <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/99-guarda-bandeira>
- Vade-Mécum de Escolta de Honra e Salvas de Gala (VM 06), <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/85-escolta-de-honra-e-salvas-de-gala>
- Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres (VM 09) <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/102-honras-funebres>

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
707459-0	CAP BM	LUÍS OTÁVIO CONSTANTINO DE MELO
118.937-9	2º TEN PM	NEILSON ADRIÃO DA SILVA

#### CIÊNCIAS APLICADAS

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

#### EMENTA:

Possibilitar ao futuro profissional o conhecimento básico em física, química, hidráulica e instalações elétricas aplicadas as diversas atividades desempenhadas no CBMPE. Os conhecimentos teóricos deverão servir de referencial para outras atividades fins da instituição, tais como prevenção e combate a incêndio, resgate, salvamento e serviços técnicos.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### Unidade I – Dinâmica.

<>Princípios da mecânica; Princípios da inércia; Princípio fundamental; Princípio da ação e reação; Lei de hooke e força de atrito; Atrito e força de atrito; Forças de tração; Princípios mecânicos de roldanas. Definição da combustão e seus efeitos; Elementos necessários; Classificação e formas de propagação; Produtos da combustão. Diferença entre incêndio e fogo; Processos de extinção de incêndios; Agentes extintores. Estudar as propriedades físicas e químicas do GLP, acetileno, hidrogênio, álcool, gasolina, óleo diesel, madeira, carvão mineral, carvão vegetal, gás natural e outros; Diferenciar ponto de fulgor, ignição e combustão. Utilizar o Manual para Atendimento de Emergências com Produtos Perigosos PROQUÍMICA, ABIQUIM; Conceituar hidráulica e mecânica dos fluidos; Conceituar as

propriedades dos líquidos (compressibilidade, elasticidade, atrito interno e externo, coesão, adesão e tensão superficial). Conceituar escoamento, linha de corrente e tubos de corrente; Especificar as características dos fluidos ideais e reais; Conceituar perda de carga; Compreender os princípios que regem o sistema público de abastecimento; Identificar os componentes da rede pública. Identificação e dimensionamento de pontos de energia em imóveis; Normas técnicas da ABNT; Identificação de condutores, eletrodutos, dispositivos de proteção. Reconhecer os principais materiais utilizados em instalações elétricas; Identificar os principais circuitos de interruptores e tomadas. Linhas de transmissão de alta tensão; Geradores de energia elétrica; Formas de distribuição de energia.

MATRÍCULA	POSTO	NOME
799001-4	MAJ BM	CARLOS ALEXANDRE SANTOS SALES

### METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Iniciação à pesquisa na formação do oficial favorecendo a análise da dimensão teórico-prática e interdisciplinar. Desenvolvendo no aluno uma postura de investigação científica, que lhe permita compreender e interpretar os fenômenos sociais e educativos. Para tanto, a disciplina aborda, os fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa em Defesa Civil, iniciando a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (Projeto de Intervenção), onde o aluno revisa todo referencial teórico e escolhe tema em uma área específica de sua escolha sob orientação de um docente.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. A pesquisa no desenvolvimento da prática docente e a formação do pesquisador.

<>Desafios e perspectivas. A produção e o processo de pesquisa Aspectos epistemológicos e metodológicos.

MATRÍCULA	POSTO	NOME
950672-1	MAJ BM	CRISTIANO CORREIA
707433-6	CAP BM	GETÚLIO NEVES SENA

### TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

#### EMENTA:

Iniciação à pesquisa na formação do oficial favorecendo a análise da dimensão teórico-prática e interdisciplinar, desenvolvendo no aluno uma postura de investigação científica que lhe permita compreender e interpretar os fenômenos sociais e educativos. Para tanto, a disciplina aborda, os fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa, iniciando a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (Projeto de Intervenção), onde o aluno revisa todo referencial teórico e escolhe tema e, em uma linha de pesquisa de interesse da Corporação desenvolve o TCC sob a orientação de um oficial.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### UNIDADE I

##### 1. A PESQUISA NO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DOCENTE E A FORMAÇÃO DO PESQUISADOR.

<>DESAFIOS E PERSPECTIVAS. A PRODUÇÃO E O PROCESSO DE PESQUISA ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS.

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798007-8	MAJ BM	Eduardo Araripe P. de Souza
798020-5	MAJ BM	Wagner Pereira da Silva

### TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** A disciplina “Teoria e Prática do Ensino” proporcionará ao futuro Oficial, para além de uma reflexão crítica em torno da função de docente no âmbito do ensino policial e bombeiro como instrutor no âmbito do ensino corporativo, a construção de conhecimento em torno dos aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais, enfocando o processo ensino-aprendizagem em um contexto que privilegie a aprendizagem significativa, a partir das dimensões dos saberes. Enfatizará as correntes educacionais no sentido agregar valor ao trabalho formativo, considerando que a carreira de Oficial oferecerá oportunidade de formação e capacitação de seus próprios profissionais, já dotados de experiência no ofício, sendo uma das principais tarefas dos educadores a de conduzi-los a agir de forma crítico-reflexiva para construção do seu próprio processo de aprendizagem.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

### 1. Principais Correntes e Abordagens Educacionais.

### 2. A Didática e as tendências pedagógicas.

### 3. Educação Profissional e Corporativa

3.1. Conceitos e significados;

3.2. Andragogia - Como o adulto aprende.

### 4. Formação e Democratização do Ensino dos Profissionais de Segurança Pública:

4.1. Políticas Nacionais e a Matriz Curricular Nacional (MCN);

4.2. Políticas Estaduais e a Instrutoria Interna no Estado de Pernambuco.

### 5. A prática docente no ensino policial e bombeiro, e o papel do formador.

### 6. Planejamento de Ensino e as particularidades do Ensino Policial e Bombeiro Militar:

6.1. Plano de Disciplina e suas dimensões;

6.2. Plano de Aula: objetivo educacional, conteúdos, estratégias de ensino, recursos didáticos e avaliação.

### 7. Novas tecnologias na educação e suas aplicabilidades no Ensino Policial e Bombeiro Militar.

### 8. O processo de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Professores e professorauros: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENÔNI, Cavalcanti Pereira; POLICARPO JUNIOR, José. A Formação Policial para além da técnica profissional: reflexões sobre uma formação humana. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, p. 74-89, 2012

DEMO, Pedro. **Saber Pensar**. 4ª ed, São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2007.

JELVES, Alejandro. **Metodologia do Ensino Policial: Direitos Humanos como tema transversal do curriculum**. Rio Grande do Sul: 2000

KANT DE LIMA, Roberto. Políticas de Segurança Pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: **Anais do Seminário Internacional Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais**. Jorge Zaverucha e Maria do Rosário Negreiros Barros (Org.); Fundação Joaquim Nabuco, Escola de Governo e Políticas Públicas, Recife: Ed. Massangana, 2002, p. 199 – 220.

LIBÂNEO, José Carlos. “*Tendências Pedagógicas na prática escolar*”. In **Democratização da escola pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. S. Paulo: Cortez, 1996.

MELO, José Jailton Siqueira de. **Educação corporativa e a política educacional para formação dos profissionais de segurança: o docente no contexto da Academia Integrada de Defesa Social de Pernambuco. (2018)**. 100 f. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Educação, Campus Mata Norte, Universidade de Pernambuco, Recife, 2018.

PEREIRA, Benôni Cavalcanti. **Saberes mobilizados por formadores da Acadies na correlação de forças entre Habitus da tradição da instrução militar e a configuração da docência no ensino policial. (2018)**. 229 f. Tese – Departamento de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Portugal. Porto, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido e ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Do ensinar à ensinagem. In: PIMENTA, Selma Garrido. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas: Papyrus, 1989, pp. 15-23.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa. Como ensinar**. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.

## CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798006-0	MAJ BM	JOSÉ JAILTON SIQUEIRA DE MELO
950657-8	MAJ BM	BENÔNI CAVALVANTI PEREIRA

## CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Apresentar e discutir os conceitos e dimensões da gestão e educação ambiental, abordando seus instrumentos de apoio e políticas nacionais de conservação, sustentabilidade e proteção do meio ambiente.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Percepção do meio ambiente.
2. Definição e conceito de Educação Ambiental.
3. Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).
4. Questões sociais aplicadas as áreas de risco.
5. Participação comunitária e popular na prevenção e atendimento de desastres.
6. Resposta social aos planos de emergência e de gestão de risco.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, C. (org.). **Sociedade e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento:** verdades e contradições. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798005-1	MAJ BM	José <b>Roberto</b> da Silva

## SISTEMAS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

### CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS

### EMENTA:

Habilitar o futuro oficial Bombeiro Militar, através de conhecimentos básicos de tecnologias em prevenção contra incêndio, a identificar, conhecer e utilizar os sistemas preventivos previstos para as edificações nas legislações, notas técnicas e normas vigentes no Estado, e nas atividades desenvolvidas pelos futuros Oficiais no Corpo de Bombeiros.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

<>**Introdução à Prevenção em Incêndios** Conceitos básicos de segurança contra incêndio e pânico; Classificação do Risco da Edificação segundo IRB e COSCIP; Identificação de Símbolos gráficos em projeto de segurança contra incêndio e pânico; Brigada de incêndio Vistoria e análise de projeto de segurança contra incêndio e pânico; **Segurança estrutural e aspectos construtivos nas edificações** Tipos de estruturas e seu comportamento ao fogo; Compartimentação horizontal e compartimentação vertical; Controle de materiais e acabamento e revestimento; Controle de fumaça; Aspectos Operacionais; Tipos de Brigadas; Capacitação dos Brigadistas; **Avaliação e emprego de sistemas de prevenção contra incêndio e pânico** Sistemas de proteção ativa Sistemas portáteis e transportáveis; Uso dos agentes extintores para cada tipo de incêndio; Sistemas fixos automáticos e sob comando; Uso do Hidrante de Recalque para abastecimento e pressurização dos sistemas hidráulicos; **Avaliação de sistemas de proteção passiva**; Sistemas de detecção e alarme de incêndio; Dispositivos e dispositivos para de evacuação de edificações; Saídas de emergência; Sinalização de emergência; Sistemas de iluminação de emergência; Avaliação dos Sistemas de proteção de estruturas; Gás liquefeito de petróleo – GLP; Sistema de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. CB-24. Comitê Brasileiro de Segurança Contra Incêndio. Disponível em: <http://www.abntcolegao.com.br>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15514: **Área de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ou não à comercialização - Critérios de segurança. Rio de Janeiro, 2008.**

PERNAMBUCO. **Decreto-Lei nº 19.644.** Regulamenta o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP-PE), de 13 de março de 1997.

PERNAMBUCO. **Lei nº 15232.** Dispõe sobre normas de prevenção e proteção contra incêndio, e dá outras providências, de 27 de fevereiro de 2014.

SEITO, Alexandre Itiu; GILL, Afonso Antônio; PANNONI, Fabio Domingos (orgs) ET al. A segurança contra incêndio. São Paulo: Projeto, 2008. 496p. Disponível em: <http://www.ccb.polmil.sp.gov.br/>.

### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
950688-8	MAJ BM	<b>DIOSEPLÁCIDO GATTÁS DA SILVA</b>
704002-4	<b>CAP BM</b>	<b>ANDRÉ LUIZ COELHO HAHNEMANN</b>

## CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Promover através da prática da natação utilitária habilidades entre os discentes dando-lhes condições para uma ambientação segura ao meio aquático, e através do compartilhamento de técnicas de flutuação, natação e abordagem em meio líquido capacitá-los ao salvamento aquático.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Entrada na água.
2. Adaptação ao meio líquido.
3. Flutuação, com e sem equipamentos.
4. Apneia.
5. Natação de sobrevivência
6. Natação de resgate.
7. Emprego de coletes.
8. Exercício simulado

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBANTI, V. J. Aptidão física: um convite à saúde. São Paulo: Manole, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Hospital Universitário Julio Muller. Comitê de Ética em Pesquisa do HUJM. Regimento Interno do Comitê de Ética em Desportos com Seres Humanos do HUJM. disponível em [http://www.ufmt.br/cep\\_hujm](http://www.ufmt.br/cep_hujm). Acesso em 02 de março de 2010.

BOMPA, T. O. A periodização no treinamento esportivo. São Paulo: Manole, 2001.

BOMFIM, L. P. & DANTAS, E. H. M. Efeitos do método de treinamento físico para aeronautas (AEROFIT) sobre o condicionamento físico de aeronavegantes da Força Aérea Brasileira. Journal Fitness e Performance, vol. 1 n. 4, p. 51, 2002.

GHORAYEB, N. O exercício: prescrição fisiológica, avaliação médica, aspectos especiais e preventivos. São Paulo: Atheneu, 1999.

MOREIRA, S. B. A Capacidade aeróbica como fator da aptidão físico-profissional na pilotagem de aeronaves de transporte: estudo sobre o custo energético da pilotagem e o VO2 máx. Dos comandantes da aviação civil brasileira. [s/ed]. Rio de Janeiro, 1991.

SÓTER JÚNIOR, P. C. O Potencial de adesão a um programa de intervenção de hábitos saudáveis como fator de controle dos fatores de risco coronariano em aeronautas brasileiros. [s/ed]. Rio de Janeiro, 1999.

WEINECK, J. Treinamento ideal. São Paulo: Manole, 1999.

### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
707460-3	CAP BM	<b>EDUARDO LOPES CORGOSINHO</b>
798236-4	CAP BM	MARCOS TADEU DE ANDRADE <b>RIBEIRO</b>

## MANOBRAS ACADÊMICAS I

### CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS

#### EMENTA:

O emprego em situações reais durante a atividade bombeiro militar, em conformidade com as atribuições de Oficial a serem desempenhadas, desenvolvendo habilidades para atuação individual de comando no terreno de operações urbanas, compreendendo conceitos e aplicabilidades básicas, além da importância da orientação nas operações urbanas e as situações diversas da atividade específica.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Operações de Resgate fluvial.
2. Operações de Resgate no mar.
3. Operações com emprego de aeronaves de asas rotatórias.
4. Operações de Atendimento Pré-Hospitalar.
5. Operações de sobrevivência e estabelecimento de Base de Operações.
6. Aplicação de exercícios simulados.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Instrução Individual para o Combate – C 21-74 – Aprovado pela Portaria nº 012-EME, de 07 de março de 1986.

Araújo M. Ofidismo. In: Pitta GBB, Castro AA, Burihan E, editores. Angiologia e cirurgia vascular: guia ilustrado.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Sobrevivência na Selva – IP 21-80 – Aprovado pela Portaria nº 078-EME, de 09 de setembro de 1999.

Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. Fundação Nacional de Saúde. Ed.: COMED / ASPLAN / FNS. 1988. 131p.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Camuflagem – C 5-40 – Aprovado pela Portaria nº 135-EME, de 23 de dezembro de 2004

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Marchas a Pé – C 21-18 – Aprovado pela Portaria nº 053-EME, de 28 de julho de 1980.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas – C 21-26 – Aprovado pela Portaria nº 025-EME, de 17 de março de 1980.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Transposição de Obstáculos – C 21-78 – Aprovado pela Portaria nº 044-EME, de 17 de junho de 1980.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Patrulha – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986.

Manual do Curso de Operações Especiais - BOPE, PMERJ. Rio de Janeiro, 2010.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
930007-4	TC BM	<b>CARLOS CÉZAR FERREIRA DA SILVA</b>
<b>798007-8</b>	<b>MAJ BM</b>	<b>EDUARDO ARARIPE PACHECO DE SOUZA</b>
707459-0	CAP BM	LUÍS OTÁVIO CONSTANTINO DE MELO

#### MANOBRAS ACADÊMICAS II

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

#### EMENTA:

O emprego em situações reais durante a atividade bombeiro militar, em conformidade com as atribuições de Oficial a serem desempenhadas, desenvolvendo habilidades para atuação individual de comando no terreno de operações rurais ou de vegetação, compreendendo conceitos e aplicabilidades básicas, além da importância da orientação nas situações diversas da atividade específica.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Operações de Resgate em área florestal.
2. Operações com emprego de cães de resgate.
3. Operações de Busca Rural.
4. Operações de Atendimento Pré-Hospitalar.
5. Operações de sobrevivência e estabelecimento de Base de Operações.
6. Aplicação de exercícios simulados.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Instrução Individual para o Combate – C 21-74 – Aprovado pela Portaria nº 012-EME, de 07 de março de 1986.

Araújo M. Ofidismo. In: Pitta GBB, Castro AA, Burihan E, editores. Angiologia e cirurgia vascular: guia ilustrado.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Sobrevivência na Selva – IP 21-80 – Aprovado pela Portaria nº 078-EME, de 09 de setembro de 1999.

Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. Fundação Nacional de Saúde. Ed.: COMED / ASPLAN / FNS. 1988. 131p.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Camuflagem – C 5-40 – Aprovado pela Portaria nº 135-EME, de 23 de dezembro de 2004

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Marchas a Pé – C 21-18 – Aprovado pela Portaria nº 053-EME, de 28 de julho de 1980.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas – C 21-26 – Aprovado pela Portaria nº 025-EME, de 17 de março de 1980.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Transposição de Obstáculos – C 21-78 – Aprovado pela Portaria nº 044-EME, de 17 de junho de 1980.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Patrulha – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986.

Manual do Curso de Operações Especiais - BOPE, PMERJ. Rio de Janeiro, 2010.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
930007-4	TC BM	<b>CARLOS CÉZAR FERREIRA DA SILVA</b>
707422-0	CAP BM	ANTONIO <b>BARBALHO</b> TAVARES JÚNIOR

**GERENCIAMENTO DE DESASTRES****CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Habilitar o futuro oficial Bombeiro Militar na gestão de desastres, possibilitando compreender e desenvolver as ações dos bombeiros nos atendimentos dos variados cenários de desastres.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Técnicas de quantificação de riscos.
2. Análise de risco ecológico/ambiental.
3. Estatística aplicada a análise de riscos.
4. Métodos de qualificação de risco.
5. Risco e Incerteza.
6. Classificação quanto ao grau de risco associado.
7. Sistema integrado de gerenciamento de riscos.
8. Valoração de perdas.
9. Caracterização de situações de emergência. Planejamento, Organização, Direção, Controle e Qualidade ideais de gestor de Emergências e Desastres.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO S. B. – Manual de Planejamento Contra Emergências – Secretaria de Estado de Defesa Civil, Rio de Janeiro, 2000.

KREPS, G. Response to social crisis and disaster. *Annual Review of Sociology*, 10:309- 33-, 1984.

Mudança climática – São Paulo em Perspectiva, v. 20, n.1 p.81-95, jan/mar. 2006.

VEYRET, Yvette – Os Riscos – O homem como 151 agressor e vítima do meio ambiente Editora Contexto – São Paulo, 2007.

**CONTEUDISTAS:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
920439-3	CEL BM	LUIZ CLÁUDIO SANTANA PIMENTEL
950665-9	MAJ BM	<b>MOACIR PORFÍRO DE OLIVEIRA JÚNIOR</b>

**SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTES****CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Habilitar o futuro oficial Bombeiro Militar, através de exercícios teóricos e práticos, a entender a filosofia do Sistema de Comando de Incidentes e as aplicações deste conhecimento nas diversas atividades operacionais da corporação, dimensionando os recursos de forma adequada e empregando seus princípios no gerenciamento e resolução de crises nos diversos níveis.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:****1. Visão geral do Sistema de Comando de Incidentes**

- 1.1 Histórico
- 1.2 Termos e definições
- 1.3 Princípios do SCI

**2. Estruturação do SCI**

- 2.1 Funções
- 2.2 Estrutura
- 2.3 Instalações

**3. Aspectos Operacionais**

- 3.1 Recursos
- 3.2 Situação

### 3.3 Instrumentos de Consulta e Registro

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BRUNACINI, Alan V.** Mando de Incêndio. Benemérito Corpo de Bombeiros de Costa Rica , 2. ed.DEAL, Tim. Beyond Initial Response: Using the National Incident Management System's Incident Command System.

**OFDA/USAID.** *Material de Referência e Manual do Participante do SCI.*

**PAIXÃO, Lisandro.** *O sistema de comando de incidentes.* Monografia para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do CBMDF. 2006.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
950735-3	MAJ BM	CLEYTON DAVID SILVA
798009-0	MAJ BM	EMERSON DE ALBUQUERQUE DIAS

#### ANÁLISE DE CENÁRIOS E RISCOS

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Capacitar o Oficial na Gestão de Riscos em cenários de Desastres, utilizando-se de recursos da operacionalidade ordinária da Corporação e do Estado.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Conceituação de Ameaça, Vulnerabilidade, Dano, Risco e Desastres Naturais;

Tipificação, classificação e codificação dos desastres;

Proteção civil e a Segurança global da população;

Sistema de comando de incidentes e o Comando e Controle;

Cadeia de comando e o fluxo de informações operacionais;

Zoneamento de emergências, áreas de trabalho e setorização de cenários adversos;

Avaliação de cenários e o processo decisório;

Estruturação e funcionamento de Centros Integrados de Comando e Controle;

Priorização tática em cenários de desastres;

Protocolos e ferramentas de gestão de desastres;

Elementos e o ciclo da planificação de resposta a desastres;

Elaboração e desenvolvimento de exercícios simulados;

Estudos de Caso sobre grandes operações e resposta a desastres.

#### REFERÊNCIA:

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Sistema de Comando de Incidentes.** Brasília: SENASP, 2008. 144 p. Apostila do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL (SDS). **Projeto de Implantação do Centro de Comando e Controle Integrado,** Recife, 2011.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual de Gestão de Crises do CBMPE,** Recife, 2016.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual do Curso de Sistema de Comando de Incidentes - Intermediário,** Recife, 2015.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO. **Manual do Curso de Operação de Centros de Gerenciamento de Emergências,** Recife, 2014.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
950735-3	MAJ BM	CLEYTON DAVID SILVA
798009-0	MAJ BM	EMERSON DE ALBUQUERQUE DIAS

#### DIREITO PENAL MILITAR

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

**EMENTA:**

Desenvolvimento dos fundamentos básicos para a ação bombeiro militar na condição de futuro oficial do CBMPE e dos ditames insculpidos no códex penal castrense, à luz da Constituição Federal e do ordenamento jurídico vigente, visando à aplicação prática do conhecimento nas atividades que tangenciam a Polícia Judiciária Militar.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:****1. Parte Geral**

- 1.1. Da aplicação da Lei Penal Militar;
- 1.2. Do Crime Militar;
- 1.3. Crime Consumado e Crime Tentado;
- 1.4. Coação Irresistível e Obediências Hierárquicas;
- 1.5. Da Exclusão da Criminalidade;
- 1.6. Da Imputabilidade;
- 1.7. Das Penas;
- 1.8. Da Extinção da Punibilidade.

**2. Parte Especial**

- 2.1. Dos Crimes Contra a Autoridade ou a Disciplina Militar
- 2.2. Dos Crimes Contra o Serviço Militar e do Dever Militar
- 2.3. Dos Crimes Contra o Patrimônio
- 2.4. Dos Crimes Contra a Pessoa
- 2.5. Dos Crimes Contra a Administração Militar
- 2.6. Dos Crimes Contra a Administração da Justiça Militar

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988;

BRASIL. Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**. Brasília, DF, out 1969.

NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcelo. **Manual de Direito Penal Militar**. São Paulo: Saraiva, 2017/2018.

ROCHA, Guilherme *et al.* **Direito Penal Militar: teoria crítica e prática**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017/2018.

ROSSETTO, Enio Luiz. **Código Penal Militar Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017/2018.

**CONTEUDISTAS:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798013-2	MAJ BM	MARCELO JOSÉ AFONSO FERREIRA DE <b>BARROS LEITE</b>
7040016	MAJ BM	FLÁVIO MIGUEL DE BARROS <b>VIEIRA DE MELO</b>

**DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR****CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** desenvolvimento dos fundamentos básicos para a ação bombeiro militar na condição de futuro oficial do CBMPE e dos ditames insculpidos no códex adjetivo castrense, à luz da Constituição Federal e do ordenamento jurídico vigente, visando à aplicação prática do conhecimento nas atividades que dizem respeito à fase pré-processual e processual penal militar, mormente no âmbito das atividades de Polícia Judiciária Militar.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:****1. Jurisdição e Competência**

- 1.1. Atividade persecutória do Estado e a Jurisdição na Justiça Militar Estadual;
- 1.2. Competência da Justiça Militar Estadual;

**. Atos Probatórios**

- 2.1. Interrogatório;
- 2.2. Testemunhas;
- 2.3. Reconhecimento de pessoas ou coisas;

2.4. Das perícias e exames;

### 3. Sujeitos Processuais

3.1 Do Juiz e do Promotor;

3.2. Do Defensor;

### 4. Inquérito Policial Militar

4.1. Conceito, finalidade, modos de instauração, valor probatório, prazos do IPM, etc.;

4.2. Princípios do IPM;

### 5. O Flagrante Delito Militar

5.1. Conceito e modalidades;

5.2. Providências, redação, nota de culpa;

5.3. Prazo, dispensa e auto resistência;

### 6. Modalidades de Prisão

6.1. Da prisão cautelar e preventiva;

6.2. Da menagem;

### 7. Da Deserção

7.1. Da deserção em geral;

7.2. Do processo de deserção de oficial;

7.3. Do processo de deserção de praça com ou sem graduação e de praça especial.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988;

BRASIL. Decreto-Lei nº 1002, de 21 de outubro de 1969. **Código de Processo Penal Militar**. Brasília, DF, out 1969.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Militar Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

NEVES, Cícero Robson Coimbra. **Manual de Direito Processual Penal Militar - Em tempo de paz**. São Paulo: Saraiva, 2017.

### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798013-2	MAJ BM	MARCELO JOSÉ AFONSO FERREIRA DE <b>BARROS LEITE</b>
7040016	MAJ BM	FLÁVIO MIGUEL DE BARROS <b>VIEIRA DE MELO</b>

### LEGISLAÇÃO MILITAR ESTADUAL

#### CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS

#### EMENTA:

Proporcionar ao futuro oficial do CBMPE o conhecimento da legislação em vigor indispensável ao serviço prestado no âmbito da Corporação. Interpretar e entender seus direitos e deveres perante à Legislação Militar, em especial, às estaduais, visando ampliar os conhecimentos em casos práticos detectados durante suas atividades, compreendendo as normas que norteiam os procedimentos administrativos no âmbito do CBMPE.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I - Dispositivos Constitucionais no tocante a atividade Bombeiro-Militar

a) Ordenação das Normas Constitucionais e legais (Hierarquia das normas jurídicas);

b) Aplicação das leis em face da Carta Magna;

c) Teoria da Recepção;

d) Fundamento Jurídico constitucional que estabelece que os membros dos Corpos de Bombeiros são militares estaduais (art. 42, CF; art. 100, CE)

e) Competência Constitucional do CBM (Art. 144, CF, Arts. 101 e 105, CE);

f) Direitos, Prerrogativas e dispositivos constitucionais aplicáveis aos BMs (arts, 42 e 142, CF; art. 100, CE);

g) Justiça Militar Estadual, criação e competência constitucional (art. 125, §§ 3º e 4º, CF);

h) Prerrogativa da vitaliciedade dos Oficiais;

II – A legislação federal aplicada aos Corpos de Bombeiros e seus integrantes

<>Decreto Lei 667 de 02 de julho de 1969Regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200), Decreto nº 88.540, de 20 de junho de 1983a) Disciplina Militar;

- b) Submissão ao CDMEPE (ativos, RR e reformados);
- c) Transgressão Disciplinar Militar e sua classificação;
- d) Penas Disciplinares e suas espécies;
- e) Medidas Administrativas Disciplinares;
- f) Autoridades competentes para aplicar pena disciplinar;
- g) Causas Justificadoras;
- h) Circunstâncias atenuantes e agravantes;
- i) Modificação na aplicação das penas;
- j) Comportamento Militar;
- k) Recursos administrativos disciplinares;
- l) Cancelamento das penas;
- m) Recompensas.

V – Sistema de Saúde dos Militares do Estado de PE

- Lei nº 13.264, de 29JUN07 e Decreto n.º 34.680 de 12MAR10.

- a) Finalidade;
- b) Beneficiários (titulares, dependentes, especiais);
- c) Da inclusão;
- d) Do custeio;
- e) Causas de exclusão;
- f) Benefícios;
- g) Carências.

VI – Lei de Promoção de Oficiais

Lei 6784/74, LC 123/08, Decreto n. 45.714/18;

- a) Datas de Promoção;
- b) Critérios de Promoção;
- c) Promoção em ressarcimento de preterição;
- d) Requisitos essenciais;
- e) Quadros de Acesso

VIII – Lei de Organização Básica

Lei 15.187 de 12DEZ2013

- a) Competência do CBMPE;
- b) Organograma do CBMPE.

IX – Remuneração dos Militares:

- Lei 10.426/90 e alterações posteriores;
- LC n. 351/2017;
- Jornada Extra de Segurança.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Constituição Federal

Constituição Estadual

Decreto-Lei 667/69

Decreto-Lei 88.777/89-R 200

Decreto 3478 – Regulamenta a Lei de Promoção de Oficiais

Lei 6772/74 – Organização Básica da PMPE

Lei 6783/74 – Estatuto dos Policiais Militares

Lei 10.426/90 – Lei de Remuneração

Lei 10.455/90 – Alteração da Lei de Remuneração

Lei 10.911/93 – Alteração da Lei de Remuneração

Lei 6784/74 – Lei de Promoção de Oficiais

**CONTEUDISTAS:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
9300511	TC BM	<b>JONAS EUFLAUSINO DA SILVA</b>
950668-3	TC BM	<b>EVANDRO ROCHA DE SOUZA</b>
704011-3	<b>MAJ BM</b>	<b>RAFAELA RENY DE ARAÚJO VEIGA</b>

**ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR**

**CARGA HORÁRIA: 60 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** A Disciplina proporcionará conhecimentos e habilidades técnicas, norteadas no suporte básico de vida, considerando-se as peculiaridades das operações bombeiro militares. O aprendizado teórico-prático proposto na disciplina abrangerá tanto ao atendimento das equipes, quanto à população, tendo em vista que a missão constitucional do CBMPE permitindo constantemente um contato direto com vítimas em potencial.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR: Definição; Rede de Urgência e Emergência; Atribuições e Responsabilidades dos Socorristas;
2. AVALIAÇÃO GERAL DO ACIDENTADO: Avaliação da Cena do Acidente; Cinemática do trauma; Biossegurança; Aproximação; Abordagem; avaliação primária (ABCDE do Trauma), avaliação secundária e transporte do vitimado.
3. HEMORRAGIA E FERIMENTOS: Conceito; Tipos de Hemorragias; Sinais; Sintomas; Lesões associadas às Hemorragias; Técnicas de Contenção de Hemorragias; Tipos de Choque.
4. PARADA CARDIORESPIRATÓRIA: Conceito; Identificação de uma parada Cardiorespiratória; Manobras de Reanimação Cardiopulmonar (RCP) e suas peculiaridades; Casos de Interrupção de RCP.
5. VIAS AÉREAS: Principais Causas e Consequências da Obstrução das Vias Aéreas; Técnicas de Desobstrução das Vias Aéreas e suas Peculiaridades (HEIMLICH).
6. TÉCNICAS DE IMOBILIZAÇÃO: Fraturas; Entorse; Luxação; Rolamentos de 90 e 180 graus; técnicas de Imobilização de Fraturas de Extremidade; Retirada de Capacete; Remoção e Transporte de Vítima em Risco iminente.
7. QUEIMADURAS: Camadas da pele; definição de queimadura; Principais causas; Classificação das queimaduras; extensão; gravidade; Atendimento ao queimado.
8. ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHENTOS: Distinções e Características entre Animais Venenosos e Peçonhento; Principais acidentes com Animais Peçonhentos; Procedimentos e técnicas de Atendimento Pré Hospitalar.

**REFERÊNCIAS**

AMERICAN HEART ASSOCIATION, Guidelines CPR ECC, Destaque das Diretrizes da American Heart Association 2015 para RCP e ACE.2015.

HALL, John Edward; GUYTON, Arthur C. **Guyton & Hall tratado de fisiologia médica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

MANUAL DE ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR – SIATE/CBPR

MANUAL DE ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO, 1 ed. Companhia Editora de Pernambuco - CEPE 2014.

MANUAL TÉCNICO DE BOMBEIRO 12 – RESGATE E EMERGÊNCIAS MÉDICAS, Cap PM Walmir Correa Leite. Et AL. São Paulo:Polícia Militar de São Paulo – Corpo de Bombeiros, 1edição, 2006.

PHTLS – Atendimento Pré Hospitalar ao Traumatizado Básico e Avançado- 8.ed. Elsevier Editora. 2017.

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO (POP -APH), Recife 2004.

**CONTEUDISTAS:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798020-5	MAJ BM	<b>WAGNER PEREIRA DA SILVA</b>
707439-5	CAP BM	<b>KLEBER LUIZ DE CARVALHO DUTRA</b>

## CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Capacitação do oficial no comandamento de operações que envolvam combate a incêndio proporcionando-lhe conhecimento das técnicas e procedimentos padrões usados na atividade bombeiro militar, garantindo-lhe melhor controle e gerenciamento dos sinistros do fogo com discernimento e capacidade de preservação do cenário.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

<>**Equipamentos de proteção individual para o combate a incêndio:** Capacete, balaclava, luvas, botas, equipamento de proteção respiratória**Equipagem e desequipagem: Equipamentos de combate a incêndio:** Mangueiras, mangotes, mangotinho, esguichos, ferramentas e acessórios hidráulicos**Maneabilidade com mangueiras:** Os diferentes tipos de aduchamento**Armação de mangueiras para o combate:** terminologia, formas de comando, termos abreviados, formas de montagem,técnica base para armação de linhas e ligação, armação de linha direta, bomba armar 1x1,1x2, 2x1, 2x2, 3x1, 3x2, 4x1, 4x2**Armação de mangueiras no plano vertical:** escada prolongável, técnica da mochila, içamento de linha, içamento de ligação, uso de plataforma mecânica**Combate a incêndio com o uso de espuma:** linha direta com espuma, bomba armar utilizando espuma**AbastecimentoTipos de jatos:** compacto, neblinado e atomizado**Abertura e entrada em incêndios:** avaliação, escolha da entrada,abertura de porta, entrada, proteção e rota de fuga,**Progressão do bombeiro no incêndio:** técnica de dois, três e quatro apoios e técnica de proteção**Combate a incêndio utilizando água:** posicionamento, ataque direto, ataque indireto, ataque tridimensional e ataque combinado**Evacuação e busca em local de incêndio:** técnica de retirada de vítimas**Ventilação tática:** efeitos da ventilação, ventilação natural e forçada, integração das técnicas de abertura, ventilação e ataques ao fogo**Incêndios em subsoloSalvatagem.**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
920436-9	TC BM	CAIO HERCILIO OLIVEIRA DE SOUZA
707464-6	CAP BM	ROBERTO RYANNE FERRAZ DE MENEZES

## SALVAMENTO EM ALTURA

### CARGA HORÁRIA: 60 HORAS-AULAS

#### EMENTA:

Capacitar o oficial no gerenciamento e comando das atividades inerentes ao Salvamento em Alturas prestados à Comunidade pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. Conhecimento do Material

- 1.1 Conceitos básicos de segurança;
- 1.2 Condições básicas para a realização de uma atividade de salvamento com segurança
- 1.3 Materiais Básicos de Salvamento em Altura;
- 1.4 Constituição, classificação e características dos Cabos;
- 1.5 Carga de Trabalho (CT) e Carga de Ruptura (CR);
- 1.6 Cuidados na inspeção, utilização e manutenção decabos;
- 1.7 Segurança e proteção (procedimentos básicos de segurança nas atividades de salvamento).

##### 2. Nós e Amarrações:

- 2.1 Definição e característica de um bom nó;
- 2.2Atitudes básicas de como se praticar nós;
- 2.3 Divisão dos nós: a) Nós na extremidade de um cabo; b) Nós para emendar cabos; c) Nós para fixação de cabos; d) Nós para encurtar ou reforçar cabos; e) Nós para a formação de alças e assentos.

##### 3. Adaptação à Altura.

##### 4. Procedimentos de conferência e utilização de Equipamentos.

##### 5. Ancoragem para atividades no plano vertical.

##### 6. Descida simples no plano vertical.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Francisco Bento de. Apostilas Didáticas. CBMDF/Centro de Treinamento Operacional.

ARAÚJO, Francisco Bento de. Manual Profissional dos Entrelaçamentos.

BRASÍLIA. Manual de instruções técnico profissional para bombeiros Francisco B. de Araújo CBMDF/Centro de Treinamento Operacional, Brasília.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
-----------	-------	------

930008-2	TC BM	MOISÉS TENÓRIO LOPES JUNIOR
798016-7	MAJ BM	MÁRCIO GUSTAVO TENÓRIO CAVALCANTI

### COMBATE A INCÊNDIO I

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

#### EMENTA:

Capacitação do oficial no comandamento de operações que envolvam combate a incêndio proporcionando-lhe conhecimento das técnicas e procedimentos padrões usados na atividade bombeiro militar, garantindo-lhe melhor controle e gerenciamento dos sinistros do fogo com discernimento e capacidade de preservação do cenário.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Teoria do fogo: conceituação básica, combustão, transferência de calor, processos de extinção do fogo, agentes extintores, classes do incêndio, dinâmica do incêndio, fenômenos extremos, mini simulador e estudo da vela, ventilação;
2. Materiais operacionais utilizados no combate a incêndio : mangueiras, mangotes, mangotinhos, esguichos, ferramentas, chaves, acessórios hidráulicos, juntas de união, suplemento de união, adaptação, redução, tampão , divisor, coletor, misturador entre linhas, ralo com retenção, luva para hidrante, minicaf, extintores, extrato AFFF;
3. Equipamentos de proteção individual para o combate a incêndio: Capacete, balaclava, luvas, botas, equipamento de proteção respiratória;
4. EPR: composição, tipos, testes, colocação, desvencilhamento, maneabilidade, cálculo de consumo tipos de panes;
5. Equipagem e desequipagem: cerimoniais de equipagem e desequipagem;
6. Maneabilidade com mangueiras: enrolar, desenrolar, acondicionar, transportar através das diferentes formas, mangueiras de 1 ½" e 2 ½" ;
7. Técnica base para armação de mangueiras: terminologia, formas de comanado, termos abreviados, formas de montagem, técnica base para armação de linhas e ligação, armação de linha direta, bomba armar 1x1, 1x2, 2x1, 2x2, 3x1, 3x2, 4x1, 4x2;
8. Esguichos e jatos: diferentes tipos de esguichos (agulheta, regulável, regulável de vazão regulável, pistola, formador de espuma, canhão fixo e móvel) e de jatos (sólido, compacto e suas variações, neblinado e atomizado);
9. Armação de mangueiras no plano vertical: escada prolongável, técnica da mochila, içamento de linha, içamento de ligação, uso de plataforma mecânica;
10. Combate a incêndio com o uso de espuma: linha direta com espuma, bomba armar utilizando espuma;
11. Abastecimento.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DISTRITO FEDERAL (Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal). **Manual Básico de Combate a Incêndio: Técnicas de combate a incêndio**. Brasília: CBMDF, 2012.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
704005-9	CAP BM	ANDERSON SOUTO DE CASTRO
704109-8	CAP BM	HERIVELTO ALVES BEZERRA
707463-8	CAP BM	MARIA GABRIELA BARBOSA

### COMBATE A INCÊNDIO II

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

#### EMENTA:

Capacitação do oficial no comandamento de operações que envolvam combate a incêndio proporcionando-lhe conhecimento das técnicas e procedimentos padrões usados na atividade bombeiro militar, garantindo-lhe melhor controle e gerenciamento dos sinistros do fogo com discernimento e capacidade de preservação do cenário.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### UNIDADE I – INCÊNDIO FLORESTAL

- 1.1 Incêndio em área verde: comportamento do fogo, diferença entre incêndio florestal e queima controlada, fatores que influenciam a propagação, partes do incêndio, tipos de incêndio e procedimentos;

1.2 Aproximação do incêndio: avaliação do incêndio, escolhendo o lado de atuação, minimizar riscos;

1.3 Progressão: deslocamento da equipe no local de incêndio (caminhando em fila indiana com distância segura entre os combatentes, devido o transporte de materiais/equipamentos cortantes), técnica de transporte de materiais/equipamentos;

1.4 Combate a incêndio utilizando água: utilização de sacos costais juntamente com abafadores;

1.5 Montagem das guarnições: conhecer as partes integrantes, montar a equipe conforme propagação do fogo, o tipo de vegetação, a disponibilidade de materiais, as condições físicas e técnicas dos combates e as condições climáticas;

1.6 Aceiros: definição, importância e materiais/equipamentos utilizados, impacto ambiental devido a construção, conhecer os tipos e saber construí-los corretamente, conforme o tipo de incêndio, conhecer e identificar o local apropriado para a construção, considerando a propagação do fogo, o tipo de vegetação, a disponibilidade de materiais, as condições físicas e técnicas dos combatentes e as condições climáticas;

1.7 Fogo contra fogo: definição, importância e materiais para ignição, impacto ambiental devido a utilização, conhecer as técnicas e saber utilizá-las, considerando a propagação do fogo, o tipo de vegetação, a disponibilidade de materiais, as condições físicas e técnicas dos combatentes e as condições climáticas;

## **UNIDADE II - INCÊNDIO URBANO**

### **2.1 Incêndio em ambientes fechados (residência unifamiliar): comportamento do fogo, características das edificações, pontos críticos e procedimentos de combate:**

2.1.1 Abertura e entrada de incêndio: avaliação do incêndio e da edificação, escolhendo a entrada, abertura de porta, entrada no ambiente, proteção da rota de fuga;

2.1.2 Progressão: deslocamento do bombeiro no local de incêndio (dois, três e quatro pontos), técnica de proteção e sobrevivência em local de incêndio;

2.1.3 Combate a incêndio utilizando água: posicionamento, tipos de ataque (direto, indireto, combinado, tridimensional, ZOTI), utilizando os diferentes tipos de ataque ao fogo - sem e com ventilação adequada, rescaldo;

2.1.4 Evacuação e busca em local de incêndio: técnica de retirada de vítimas (noções do SICER) e resgate de canga;

2.1.5 Ventilação tática: efeitos da ventilação, ventilação natural e forçada, integração das técnicas de abertura, ventilação e ataques ao fogo.

### **2.2 Incêndio em edificações verticalizadas: comportamento do fogo, características das edificações, pontos críticos e procedimentos de combate:**

2.2.1 Entrada na edificação: avaliação do incêndio e da edificação, existência de vítimas, identificação e funcionamento do sistema preventivo, isolamento dos elevadores, controle de fontes de energia, existência do registro de recalque;

2.2.2 Progressão: deslocamento do bombeiro nunca deverá ser realizado pelos elevadores;

2.2.3 Montagem das linhas: deverão ser montadas a partir dos hidrantes prediais. Na falta destes, deverão ser montadas através de mangueiras externas (posicionadas junto a fachada da edificação) e/ou internas (acondicionadas em zigue-zague permitindo maior mobilidade do bombeiro pela caixa de escada de segurança);

2.2.4 Combate a incêndio utilizando água: posicionamento, tipos de ataque (direto, indireto, combinado, tridimensional, ZOTI), utilizando os diferentes tipos de ataque ao fogo - sem e com ventilação adequada, rescaldo, atentando a sobrecarga que a água poderá causar, caso seja utilizada em excesso;

2.2.5 Evacuação, busca e salvamento: deverão ser realizados em conjunto com a equipe de combate, utilizando-se as técnicas de retiradas de vítimas; Obs: no andar sinistrado, para a atuação do bombeiro, considere os mesmos procedimentos adotados num plano horizontal (incêndio em residência unifamiliar).

### **2.3 Incêndio envolvendo GLP: comportamento do fogo, características das edificações, pontos críticos e procedimentos de combate (considere os mesmos procedimentos acima citados se for o caso - residências unifamiliares/edificações verticalizadas):**

2.3.1 Abertura e entrada no local: avaliação do local identificando se há chamas ou apenas vazamento do GLP, aplicar procedimentos de segurança para entrada em ambiente com vazamento de GLP (entrada forçadas e sistema elétrico);

2.3.2 Montagem das linhas de proteção: montagem de uma linha pressurizada (todo procedimento de manuseio do botijão de GLP deverá sempre ser acompanhado por uma linha pressurizada);

### **2.4 Incêndio em habitações precárias (favela): comportamento do fogo, conceituando o termo "favela", infra-estrutura, principais causas, combustíveis existentes, procedimentos operacionais:**

2.4.1 Aproximação do incêndio: avaliação do incêndio e da disposição das residências incendiadas e/ou adjacentes, escolhendo o melhor lado para atuação, considerando a localização, edificações vizinhas;

2.4.2 Progressão: deslocamento do bombeiro no local de incêndio (dois pontos), técnica de proteção e sobrevivência em local de incêndio;

2.4.3 Combate a incêndio utilizando água: posicionamento, tipos de ataque (direto, indireto, combinado), utilizando os diferentes tipos de ataque ao fogo, considerando instalações elétricas, a propagação da fumaça, emissão de gases tóxicos, condições atmosféricas e posição do vento, classes de incêndio predominantes, rescaldo.

### **2.5 Incêndio em veículo: comportamento do fogo, tipos de veículos, local do sinistro, principais causas, combustíveis existentes, metais pirofóricos, procedimentos operacionais:**

2.5.1 Aproximação do incêndio: avaliação do cenário objetivando minimizar os riscos existentes (desconectar bateria, verificar se há GNV, verificar se há derramamento de combustível) e a melhor forma de atuar;

2.5.2 Montagem das linhas de combate/resfriamento: montagem da linha de resfriamento e/ou combate, considerando se o veículo possui ou não tancagem (em chamas ou apenas derramamento), a disponibilidade de materiais, as condições climáticas e as técnicas dos combatentes utilizando água ou LGE;

2.5.3 Metais pirofóricos: saber identificar e atuar em casos da existência utilizando-se de areia ou terra seca (nunca utilizar água nem espuma);

2.5.4 GNV: identificar se há sistema de GNV e se o mesmo encontra-se com vazamento, aplicar as técnicas de forma que possa sanar qualquer problema concernente ao produto, seja em vazamentos, incêndios ou explosões.

## **UNIDADE III - INCÊNDIO INDUSTRIAL**

### **3.1 Incêndio em tancagem: comportamento do fogo, características dos tanques (tipo do combustível, proximidades com outros tanques), tipos de incêndio (borda, superfície), pontos críticos, procedimentos operacionais:**

3.1.1 Aproximação do incêndio: avaliação do incêndio e da disposição das tancagens incendiadas e/ou adjacentes, escolhendo o lado, proteção da rota de aproximação;

3.1.2 Montagem das linhas de combate/resfriamento: identificar a tancagem afetada, montagem da linha de resfriamento e/ou combate, considerando a tancagem em chamas, a disponibilidade de materiais, as condições climáticas e as técnicas dos combatentes utilizando água ou LGE.

#### UNIDADE IV – INCÊNDIO EM EMBARCAÇÃO E AERONAVES

4.1 Comportamento do fogo, tipos de embarcações/aeronaves, tipos de incêndio, pontos críticos e procedimentos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DISTRITO FEDERAL (Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal). **Manual Básico de Combate a Incêndio: Técnicas de combate a incêndio**, Brasília: CBMDF, 2012.

SÃO PAULO. **Coletâneas de Manuais Técnicos de Combate a Incêndio do CBMSP (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo)**. 1ª Edição, 2006.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
950672-1	MAJ BM	CRISTIANO CORREIA
704005-9	CAP BM	ANDERSON SOUTO DE CASTRO
704109-8	CAP BM	HERIVELTO ALVES BEZERRA

#### ESTRATÉGIA E TÁTICA DE SALVAMENTO

##### CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Habilitar o futuro oficial Bombeiro Militar a planejar operações de salvamento (terrestre ou aquáticas) compreendendo as ações dos bombeiros nos atendimentos das variadas ocorrências.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

<>Planejamento de operações de Busca terrestre. Planejamento de operações em Espaços confinados e estruturas colapsadas. Planejamento de operações de Resgate veicular. Planejamento de operações de deslizamentos e soterramentos. Planejamento de erradicação de Árvores em situação de emergência.

MATRÍCULA	POSTO	NOME
920439-3	CEL BM	LUIZ CLÁUDIO SANTANA PIMENTEL
704059-8	CAP BM	JOEL FERNANDES CAVALCANTE JÚNIOR
707422-0	CAP BM	ANTONIO BARBALHO TAVARES JÚNIOR

#### SALVAMENTO TERRESTRE I

##### CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS

#### EMENTA:

Habilitar o futuro oficial Bombeiro Militar, para operações de salvamento terrestre, vivenciando utilização de ferramentas, equipamentos e acessórios inerentes a área de salvamento, compreendendo as ações dos bombeiros nos atendimentos das variadas ocorrências.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **Animais: contenção e resgate** Contenção mecânica de animais, animais peçonhentos, aranhas e escorpiões. **1.1.1** Contenção de cães, gatos, equinos

**1.1.2** Animais peçonhentos

**1.1.2.1** Serpentes de maior importância no Brasil

**1.1.3** Artropodos peçonhentos

**1.1.4** Abelhas, Vespas e Formigas

<>Resgate de animais <>**Busca terrestre: orientação e navegação** **2.1** Conceito

**2.2** Segurança (EPI e EPC)

**2.3** Bússola

2.4 Cartas topográficas

2.5 GPS

<>Espaço confinado

3.1 Conceito

3.2 Segurança (EPI e EPC)

3.3 Riscos

3.3.1 Físicos

3.3.2 Químicos

3.3.3 Biológicos

3.3.4 Diversos

3.4 Salvamento em poços e galerias subterrâneas

3.5 Ferramentas, Equipamentos e acessórios

<>ÁrvoresIntroduçãoSegurançaFerramentas, equipamentos e acessóriosTécnicas de corte

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dunbar, Ian. Técnicas de Desencarceramento de Veículos. Holmatro Mastering power (ISBN 978-90-822228-4-5);

Manual Técnico de Bombeiros, Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo;

Manual do Curso de Formação de Cinotécnicos BM, Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

Manual do Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsada Nível Leve, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

Manual do Curso de Busca e Resgate em Deslizamentos, Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

## CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
930007-4	TC BM	CARLOS CEZAR FERREIRA DA SILVA
707422-0	CAP BM	ANTONIO BARBALHO TAVARES JÚNIOR

## SALVAMENTO TERRESTRE II

CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS

## EMENTA:

Habilitar o futuro oficial Bombeiro Militar, para operações de salvamento terrestre, vivenciando utilização de ferramentas, equipamentos e acessórios inerentes a área de salvamento, compreendendo as ações dos bombeiros nos atendimentos das variadas ocorrências.

### I. Resgate veicular

<>ConceitoDesencarceramentoExtraçãoSegurançaRiscosFerramentas, Equipamentos e AcessóriosEstabilizaçãoCaracterísticas veicularesTécnicas de resgate veicular

### II. Busca e resgate em estruturas colapsadas

<>ConceitoSegurançaRiscosFerramentas, Equipamentos e AcessóriosTipos de colapsosComposição da equipe BRECTipos de BuscaLocalização, acesso e extração de vítimas

### III Busca e resgate em deslizamentos

<>ConceitoSegurançaRiscosFerramentas, Equipamentos e AcessóriosTipos de escorregamentosComposição da equipeTipos de BuscaLocalização, acesso e extração de vítimas

### IV Busca e Resgate com Cães

<>Seleção e Formação do CinotécnicoSeleção de FilhotesDesenvolvimento de instintos naturaisAuto-figuraçãoFiguraçãoUniversalização do figuranteFormação especializadaReforço, obediência e correçãoCertificaçãoManutenção e recertificação

## CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
707459-0	CAP BM	LUÍS OTÁVIO CONSTANTINO DE MELO

707422-0	CAP BM	ANTONIO <b>BARBALHO</b> TAVARES JÚNIOR
707429-8/	CAP BM	BRUNO <b>QUINTINO</b> DA SILVA

### INTERVENÇÃO EM EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

**EMENTA:**

Capacitação do oficial para o comando de operações que envolvam produtos perigosos, proporcionando-lhe conhecimento das legislações e procedimentos padrões, garantindo-lhe segurança, discernimento e capacidade de preservação do cenário, ambiente e da vida humana.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

<>Teoria Básica sobre os Produtos Perigosos.Equipamentos e materiais.Áreas de descontaminação.Operações de resgate e descontaminação.Exercício simulado.

MATRÍCULA	POSTO	NOME
950665-9	MAJ BM	<b>MOACIR PORFÍRO DE OLIVEIRA JÚNIOR</b>
798009-0	MAJ BM	EMERSON DE ALBUQUERQUE <b>DIAS</b>

### MATERIAL MOTOMECANIZADO

**CARGA HORÁRIA 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Capacitação do oficial no conhecimento de equipamentos mecânicos, hidráulicos e motores à combustão utilizados em operações ou em viaturas da corporação, proporcionando-lhe conhecimento das legislações e procedimentos padrões, garantindo-lhe segurança, discernimento e capacidade de gerenciamento durante o emprego e utilização dos equipamentos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Teoria Básica sobre motores e o ciclo de Otto;
2. Equipamentos e materiais utilizados no CBMPE.
3. Operações de Motores de dois tempos
4. Operações de Motores de equipamentos de combate a incêndio e retiradas de pequenas panes.
5. Avaliação teórica e pratica de todo o conteúdo programático.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Catálogo e Especificações de técnica em geral. PMESP/CCB.

Procedimentos Operacionais Padrão. Teoria e Prática de Incêndio. PMESP/CCB.

Procedimentos Operacionais Padrão do CBMPE - Grupo Incêndio.

**CONTEUDISTAS:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
798009-4	MAJ BM	<b>OSVALDO CARNEIRO DE SÁ CAVALCANTI NETO</b>
707449-2	CAP BM	<b>CARLOS OLIVEIRA DE ARAUJO JÚNIOR</b>

### ANÁLISE DE PROJETOS DE INCÊNDIO

**CARGA HORÁRIA 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:**

Habilitar o futuro oficial bombeiro militar a analisar projetos de segura contra incêndio e pânico, observando os dimensionamentos dos sistemas preventivos previstos em normativos vigentes, bem como interpretar os sistemas construtivos que compõem a arquitetura dos projetos e que regulam os requisitos de saídas de emergência, reservas técnicas de incêndio e locação de centrais prediais de gás liquefeito de petróleo.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

## 1 Conceitos básicos de arquitetura

<>Tipos de plantasEscalasFormato de folhas**Documentos necessários para análise de projetos**Memorial de incêndioProjeto de prevenção contra incêndio e pânicoProjetos de arquiteturaProjetos de instalações**Dimensionamento de sistemas de proteção ativa**Sistemas portáteis e transportáveisSistemas fixos automáticos e sob comando**Dimensionamento de sistemas de proteção passiva**Sistemas de detecção e alarme de incêndioDispositivos e dispositivos para de evacuação de edificaçõesSistemas de proteção de estruturas**Normativos complementares**Associação Brasileira de Normas TécnicasNotas técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de PernambucoNormas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho

### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	POSTO	NOME
950688-8	MAJ BM	<b>DIOSEPLÁCIDO GATTÁS DA SILVA</b>
704002-4	CAP BM	<b>ANDRÉ LUIZ COELHO HAHNEMANN</b>

### SALVAMENTO AQUÁTICO I

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

#### EMENTA:

Apresentar o sistema multidisciplinar do salvamento aquático, bem como, estimular a consciência da relevância da doutrina preventiva.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

<>**História do Salvamento AquáticoPrevenção aos acidentes em meio aquáticoAfogamentoFisiopatologiaGraus do afogamentoTipos e classificaçãoOrientações de sobrevivência no mar**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
707459-0	CAP BM	LUÍS OTÁVIO CONSTANTINO DE MELO
707423-9	CAP BM	<b>MAXIMILIANO de França Lima</b>
704059-8	CAP BM	<b>JOEL FERNANDES CAVALCANTE JÚNIOR</b>

### SALVAMENTO AQUÁTICO II

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

#### EMENTA:

Apresentar o sistema multidisciplinar do salvamento aquático, bem como, estimular a consciência da relevância da doutrina preventiva.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

<>**História do Salvamento AquáticoPrevenção aos acidentes em meio aquáticoAfogamentoFisiopatologiaGraus do afogamentoTipos e classificaçãoOrientações de sobrevivência no mar**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
930007-4	TC BM	CARLOS CEZAR FERREIRA DA SILVA
798015-9	MAJ BM	<b>KLEBER DALLAS SILVEIRA DO NASCIMENTO</b>
798236-4	CAP BM	MARCOS TADEU DE ANDRADE <b>RIBEIRO</b>

### ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

#### EMENTA:

A disciplina e propõe a desenvolver habilidades indispensáveis ao Oficial do CBMPE acerca do armamento, munição e tiro prático para defesa da sociedade, defesa pessoal e do grupo, garantindo assim a segurança durante a prestação de serviço; Conhecimento de Legislação Específica acerca do tema, bem como aplicação do uso de armas de fogo no respeito aos Direitos Humanos. Ou seja, deseja-se que o oficial do QOBM possa agir de forma eficiente e eficaz, com o fito de se defender de agressão injusta para si ou para outrem, bem como utilizar do armamento como último recurso no suo progressivo da força, de forma eficaz e segura.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<>Direitos Humanos e Legislação específica aplicada ao Tiro Policial;Armamento: Conceitos e Particularidades;Munições e Balísticas;Regras de Segurança;Fundamentos do tiro policial.Execução do Tiro Policial com as armas de fogos utilizadas no cotidiano da vida profissional das Unidades Operacionais do CBMPE.

MATRÍCULA	POSTO	NOME
950719-1	MAJ PM	GEORGE <b>FRAGOSO</b> DE ANDRADE

## PLANEJAMENTO OPEACIONAL

**Carga Horária: 30 h/a**

**EMENTA:** Conhecimento da técnica e dos procedimentos básicos de elaboração de planejamentos de operações de pequena e média complexidade para os diversos cenários de atuação operacional do CBMPE.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

#### **1. INTELIGENCIA OPERACIONAL:**

- dado;
- informação;
- inteligência.

#### **2. PROCESSO DECISÓRIO:**

- coleta de dados e informações;
- elementos constituintes da segurança;
- regra de ouro da segurança;
- elementos constituintes para o sucesso da operação;
- prioridade operacional;
- identificação de riscos no cenário operacional;
- questionário tático;
- fluxo de análise e tomada de decisão.

#### **3. PARÂMETROS NORTEADORES DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL:**

- doutrina de planejamento operacional;
- normas e diretrizes operacionais;
- legislação estadual vigente.

#### **4. LEVANTAMENTO ESTRATÉGICO DE ÁREA:**

- conceito de LEA;
- ciclo do LEA;
- elementos básicos;
- estudos de caso.

#### **5. PLANOS DE EMERGÊNCIA E PLANOS DE OPERAÇÕES:**

- plano de emergências (PLEM) x plano de operações (PLOP);
- elementos básicos;
- ciclo de elaboração;
- cadeia de comando;
- atribuições dos integrantes de um plano;
- rotina prevista: passagem de serviço, transferência de turno, briefing, zonas de emergência e áreas de trabalho, procedimentos básicos de comando de operações; estacionamento de recursos, setorização de área, - recursos de comando e controle.

#### **6. DIRETRIZES DE OPERAÇÕES, ORDENS DE OPERAÇÕES E ORDENS DE SERVIÇO:**

- conceitos
- ciclo de elaboração;
- elementos básicos;

- estudos de caso.

**7. SIMULADOS:**

- conceitos;

- tipificação;

- ciclo de elaboração;

- elementos básicos;

- estudos de caso.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Memento de Planejamento Operacional;

Memento de Levantamento Estratégico Operacional;

Manual dos Serviços Operacional dos Oficiais e Praças do CBMPE;

Portarias Operacionais do CBMPE;

Determinações Operacionais do CBMPE.

**CONTEUDISTAS:**

MATRÍCULA	POSTO	NOME
920436-9	TC BM	CAIO <b>HERCILIO</b> OLIVEIRA DE SOUZA
707464-6	CAP BM	<b>ROBERTO RYANNE FERRAZ DE MENEZES</b>

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO**

Rua São Geraldo, 111 - Bairro Santo Amaro, Recife/PE - CEP 50040-020, Telefone: (81)31835098